

Nomes para Moçambique

MBAI ou Dagaibai para nome fixado no novo estatuto da Província de Moçambique...

Sá Carneiro vai a Bruxelas conferenciar com Xavier Ortoli

OS DEBATES SOBRE O NOVO ESTATUTO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE...

Crise vitícola do Douro

A CRÍSE DO DOURO É UM PROBLEMA COMPLEXO...

Ex-legionários tentam organizar-se

OS EX-LÉGIONÁRIOS PORTUGUESES TENTAM ORGANIZAR-SE...

Alterações no Crédito Predial

AS ALTERAÇÕES NO CRÉDITO PREDIAL...

Novos cargos na Sacor

NOVAS ALTERAÇÕES NA SACOR...

Refinaria em Macau

REFINARIA DE MACAU...

M. do Trabalho em Évora

M. DO TRABALHO EM ÉVORA...

Trabalhadores do EXPRESSO apoiam a greve do "Jornal do Comércio"

OS TRABALHADORES DO EXPRESSO APOIAM A GREVE DO JORNAL DO COMÉRCIO...

Em vésperas da formação do governo moçambicano

Tropas da Frelimo desembarcam em Lourenço Marques

AS TROPAS DA FRELIMO DESSEMBARCAM EM LOURENÇO MARQUES...

De novo Assalto de Carvalha

DE NOVO ASSALTO DE CARVALHA...

Conselho de Ministros Alargado o voto dos emigrantes?

CONSELHO DE MINISTROS ALARGADO O VOTO DOS EMIGRANTES?

Olof Palme em entrevista exclusiva ao EXPRESSO Aproximação entre Portugal e a Suécia

OLOF PALME EM ENTREVISTA EXCLUSIVA AO EXPRESSO...

PERALTA a história de um processo

PERALTA A HISTÓRIA DE UM PROCESSO...

PEDRO PIRES AO EXPRESSO



Independência da Guiné contribuiu para a libertação de África Pág. 17

PERALTA a história de um processo INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ACTIVIDADE ECONÓMICA Págs. 12 e 13



AVENTURA COLONIALISTA EM LOURENÇO MARQUES

ARGENTINA antes e depois de Perón Págs. 8 e 9

FESTIVAL DE CINEMA DA FIGUEIRA DA FOZ Pág. 24

Uma aliança poderosa na direita

UMA ALIANÇA PODEROSA NA DIREITA...

Delinção e Inquérito?

DELINÇÃO E INQUÉRITO?

Estímulo da indústria

ESTÍMULO DA INDÚSTRIA...

OMEGA COSMIC 2000 Um novo conceito em relógios impermeáveis

24 horas

em notícia

Nomes para Moçambique

FOI ter designados para exercer funções na nova equipa executiva de Moçambique Gomes Mota, administrador da Sacor e o comandante Aguiar, do Gabinete da Área de Sines. O primeiro poderá ter a seu cargo, as relações entre o Governo de Moçambique e o Governo Português, durante, pelo menos, alguns meses.

Sá Carneiro vai a Bruxelas conferenciar com Xavier Ortoli

O SECRETÁRIO-GERAL do Partido Popular Democrático, dr. Francisco Sá Carneiro, assistir-se-á com Xavier Ortoli, presidente da Comissão da C.E.E., em Bruxelas, no decorrer de uma visita à capital belga, acompanhado por Manuel Alegria, secretário-geral-ajunto daquele partido.

Sá Carneiro deslocar-se-á à Bélgica a convite do vice-presidente da C.E.E. Carlo Magnozza, partindo de Lisboa na próxima segunda-feira, às 16.15, e regressando na quarta-feira à noite.

Entre os vários contactos que manterá em Bruxelas figuram reuniões com o presidente do Senado Belga, Pierre Harmelo, com membros do Partido Social-Cristão daquele país e ainda o embaleiro político Lardinois, encarregado da Política Agrária das Comunidades Europeias. Sá Carneiro será também recebido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros belga.

Crise vinícola do Douro

A QUINZE dias do começo das vindimas, a região vinícola do Douro atravessa uma grave crise, traduzida nos confrontos entre várias entidades representativas dos sectores produtivos e de comercialização. Neste momento são, por exemplo, quase nulos os contratos celebrados com efeitos para a próxima campanha. No próximo número, o EXPRESSO publicará uma ampla reportagem sobre esta crise.

Ex-legionários tentam organizar-se

ELEMENTOS da extinta Legião Portuguesa receberam um convite da organização fascista, a fim de reintegrarem a "luta interrompida em 25 de Abril". A iniciativa parte de elementos que consideram terem sido "inveravelmente traídos pelos chefiões", que não ofereceram resistência à tomada do quartel. Dizem ao convite dirigidos aos correligionários: "Estamos prontos, de novo, para a luta". Podem-lhes que contactem com outros legionários, incentivando-os e organizaram-se, inscrevendo-se no Partido Nacionalista Português, recentemente aparecido no Porto.

Através de contacto telefónico, o secretário-geral do P. N. P., Artur Alberto Silva declarou que, contrariamente ao anunciado, não seria dado a conhecer o programa do Partido, pois que o mesmo fôra ultrapassado pelo decreto-lei sobre desmilitarização e mais ainda pelos recentes acontecimentos em Moçambique. Embora confirmasse que aos poucos aderentes tinha sido enviado um panfleto, cuja fórmula segue o "Se" de Kipling terminando "... então és um nacionalista", também nos declarou que o mesmo estava igualmente, desactualizado e portanto não tinha interesse a sua divulgação.

Alterações no Crédito Predial

OS MEIOS financeiros liboetas foram agitados esta semana pelo rumor que se levantou de que estaria para breve o regresso do banqueiro Jorge de Brito a uma posição de destaque entre os accionistas do Crédito Predial Português. Confirma o nacionalista a si próprio, o industrial Manuel Bulhões adquirida a Jorge de Brito a posição que este detinha naquela instituição especial de crédito de que o Estado é o principal accionista. Agora, segundo tudo indica, voltar-se-á à situação inicial.

Esta operação, para se concretizar, está sujeita a autorização governamental. De momento é difícil a obtenção de pormenores acerca desta transacção, assim como das razões que levam o futuro presidente do Conselho Geral do BIP e seu accionista maioritário, a pretender readquirir uma posição no Crédito Predial.

Novos cargos na Sacor

FOI designada a nova administração da Sacor. Preside Alfredo Nobre da Costa, antigo presidente da Comissão Executiva, em representação dos bancos accionistas. Gomes Mota é vice-presidente do conselho de administração escolhido pelo Estado. Guilhermo Simões, pela Gulbenkian e David Moura pelo pessoal, completam o elenco incompleto, já que falta nomear o segundo administrador por parte do Estado.

Refinaria em Macau

SERÁ brevemente instalada em Macau uma refinaria, num empreendimento que orçará por um bilhão de dólares. Na nova refinaria a maioria do capital será japonês, mas haverá também cooperação portuguesa e da República Popular da China.

M. do Trabalho em Évora

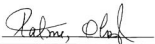
O MINISTRO do trabalho, capitão Costa Martins, na viagem que efectuou ontem a Évora teve de intervir com todo o peso da pasta que sobraça a fim de pôr termo à situação de impasse criada entre a ALA (Associação Livre dos Agricultores) e o Secretariado dos Trabalhadores, com vista à assinatura da nova Convenção de trabalho.

Na verdade, perante a gravidade de uma situação que havia lançado para o desemprego cerca de seis mil trabalhadores, obrigara aproximadamente dez mil a entrar em greve e ameaçava uma paralisação total no distrito de Évora (cerca de 30 a 60 mil trabalhadores) a partir da próxima segunda-feira, o cap. Costa Martins decidiu fazer uso dos seus poderes fixando novos salários.

Assim, o M. do Trabalho vai decretar para 48 horas de labor semanal (contra 44 reivindicadas pelos trabalhadores na 1.ª Convenção de trabalho) os seguintes salários:

Tratoristas e limpadores de árvores, 1805 diários; restantes serviços, 1505; e mulheres 1105. O documento emanado pelo M. do Trabalho terá efeitos retroactivos (1 de Setembro) e duração de um ano.

Na visita de trabalho a Évora o ministro procurou, ainda solucionar outros problemas dos trabalhadores rurais, designadamente com o auxílio monetário (500 contos) que possa ajudar alguns mais afectados pela situação de crise. Para isso aquele membro do Governo recorrerá à conta depositada na Caixa Geral de Depósitos e que é produto de donativos integrados na Campanha "Um dia de salário para a Nação".



Olof Palme em entrevista exclusiva ao EXPRESSO

Aproximação entre Portugal e a Suécia

NA PRIMEIRA entrevista concedida a um jornal português, o Primeiro Ministro sueco Olof Palme fala das relações entre Portugal e a Suécia.

A entrevista, orientada por Jorge Calamba Marques, aquando da sua visita à Suécia em Junho, apenas pode ser respondida pelo governante sueco agora. O que, na sua opinião, retirou a actualidade a perguntas que, então, o entrevistador tinha formulado acerca da política africana portuguesa, sobretudo da Guiné-Bissau.

EXP. — Sabendo que antes de 25 de Abril deste ano as relações entre a Suécia e Portugal não eram as melhores, pensa que agora elas se tornaram mais positivas?

OLOF PALME — Sim, estou certo de que os contactos entre Portugal e a Suécia se intensificaram. Na realidade isso já se verificou. Encontrei-me com o vosso Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, e membros do vosso partido visitaram recentemente Portugal por várias vezes.

O povo sueco segue com grande simpatia os vossos esforços para reconstituir a economia do vosso país e criar um Portugal novo e democrático.

EXP. — Tendo em vista os programas apresentados pelos partidos portugueses socialistas (PSP) e social-democrata (SPD), qual deles pensa que se aproxima mais de vosso partido?

O.P. — O PSP, tal como o partido social democrata sueco, é um membro da Internacional Socialista.

EXP. — Prevê mudanças nas relações comerciais entre os nossos países?

O.P. — A Suécia e Portugal são ambos membros da EFTA. O

comércio entre os nossos países aumentou consideravelmente desde que o acordo da EFTA entrou em vigor em 1960. Na realidade nós agora importamos de Portugal mais do que há dez anos atrás, enquanto que as nossas expectativas para o vosso país aumentaram cinco vezes durante o mesmo período de tempo.

Em 1971, o volume total das nossas importações era de coroaas suecas (força de 236 milhões de contos), ao passo que Portugal apenas importou da Suécia mercadorias no valor de 322 milhões de coroaas (186,5 milhões de contos). Em 1973, as nossas importações atingiram 537 milhões de coroaas (311,5 milhões de contos), contra 571 milhões de coroaas (331,2 milhões de contos), valor das nossas exportações para Portugal. O excesso do ano passado nas nossas exportações deveu-se ao facto de Portugal ter encomendado alguns navios aos estaleiros suecos.

Na reunião ministerial da EFTA, efectuada no passado mês de Maio, o ministro sueco para o Comércio sublinhou a simpatia com que o governo sueco segue os acontecimentos em Portugal.

Pessoalmente, estou convencido de que a luz da liberdade que brilha em Portugal, qualquer que sejam as dificuldades económicas que possam existir de momento, estreitará a longo prazo, as relações comerciais, e não só essas, entre os nossos países.

Presentemente, há mais de 30 unidades fabris e um maior número de empresas comerciais suecas trabalhando em Portugal. Estou certo de que estas companhias assumirão a sua quota parte de responsabilidade no desenvolvimento económico do novo Portugal.

EXP. — Qual é a posição do governo sueco em face à Integração Económica Europeia e as últimas discussões com o Governo dos Estados Unidos?

O.P. — A Suécia não é membro do Mercado Comum, e não participa nas discussões entre os países membros e os EUA. Consequentemente, não tomaremos qualquer posição nestas discussões embora vejamos naturalmente com

agrado que o diálogo entre a Europa e os Estados Unidos tem sido mantido.

EXP. — O papel a posição do governo sueco face à crise energética mundial e a luta do Terceiro Mundo pelo controle dos seus recursos naturais?

O.P. — O governo sueco defende o princípio de que cada país tem o direito ao controle e ao livre uso dos seus recursos naturais. Contra o panorama de antigos falhanços na cooperação consumidor-produtor não é de surpreender que os países em vias de desenvolvimento, produtores de bens de primeira necessidade tenham chegado à conclusão de que os seus interesses podem ser melhor salvaguardados por meio da sua própria cooperação.

Ofhamos com simpatia estes esforços. No entanto, a cooperação entre os países produtores deveria tomar em consideração os legítimos interesses de outros povos e países. Deste modo, esse reconhecimento poderá constituir um passo construtivo para soluções globais com a participação de produtores e consumidores.

Não nos devemos também esquecer que podemos encontrar entre os produtores de bens de primeira necessidade não só países desenvolvidos mas também países em via de desenvolvimento, e que há muitos países em vias de desenvolvimento entre os consumidores de tais produtos.

EXP. — É vos corrente que o socialismo, à maneira sueca, bem como o cooperativismo proposto pelos social-democratas, está em decadência, em especial se considerarmos a sua recuperação pelo capital e a modo extremamente duro como são contestados, mesmo na Suécia, pelas forças selvagens. Antevê a introdução de algumas alterações pelo lado de dentro, ou acredita no aparecimento de novas formas de socialismo para "curar a doença" das instituições actualmente existentes?

Olof Palme: "Se o meu governo não for apoiado haverá eleições"

O.P. — Na realidade, são raras as greves na Suécia, se as compararmos com outros países europeus, embora sejam actualmente mais frequentes do que no passado. No entanto, mesmo as chamadas greves selvagens, são raras.

Pessoalmente, penso que no fundo no problema. E fazemo-lo reside o facto de os trabalhadores não terem meios suficientes para influenciar a sua própria situação face aos patrões.

A solução é dar-lhes tais meios — isto é, criar uma democracia económica.

Presentemente, trabalhamos a fundo no problema. E fazmo-lo como resultado dos pedidos dos sindicatos. Na sua pergunta queda-se a ideia de que os nossos sindicatos são, mais ou menos, um obstáculo à prossecução de reformas sociais e económicas. Ora isso não é assim, mas precisamente o contrário, actualmente. Os sindicatos são uma parte vital e indispensável da democracia sueca.

EXP. — Prevê alguma estratégia comum entre os partidos social-democratas escandinavos, em especial no que toca aos problemas da "crise de vida", "habitação" e "desemprego"?

O.P. — Os países escandinavos têm muita coisa em comum. Os problemas que aparecem num país, existem geralmente também nos outros. Isto significa que há uma base para uma muito frutuosa troca de experiências entre os nossos partidos. No entanto, acrescentarei que, embora os nossos respectivos problemas internos sejam muitas vezes semelhantes, são-nos poucas vezes idênticos. Assim, raramente podemos instituir uma estratégia comum. Possuímos a mesma ideologia, de acordo; mas as soluções práticas diferem usualmente.

EXP. — Como pensa que o vosso governo possa resolver os três pro-

blemas acima citados?

O.P. — Na Suécia, combatemos a inflação e a subida dos preços de muitas maneiras. Antes de tudo, queremos prosseguir uma política financeira restritiva. Estivemos, no

início deste ano, algo preocupados no tocante a esse ponto, por causa da situação no Parlamento. Pensamos que a oposição poderia tentar chegar a decisões sobre novas reformas sem as financiar como devia ser. Em Junho, contudo, chegámos a um acordo com os liberais sobre o princípio de que as novas reformas a pôr em prática no corrente ano e no próximo, deverão ser devidamente financiadas.

Outro ponto importante na política sueca do custo de vida é a redução dos preços nos alimentos básicos.

Os camponeses recebem uma parte cada vez maior da sua compensação — por causa da inflação — através do Orçamento do Estado, em vez de através da subida de preços na alimentação.

Outro ponto ainda é o facto de termos facilitado as negociações salariais através da redução individual dos impostos em troca de menores exigências, tendo o custo destas operações sido pago pelo patronato.

Deste modo, temos conseguido manter a taxa de inflação sueca consideravelmente à baixa da média europeia. E tentamos continuar a utilizar as mesmas linhas. No que toca ao problema da habitação, tentamos propor, no próximo Outono, uma nova política. É necessário, como é óbvio, canalizar mais dinheiro, a fim de facilitar os problemas no sector da habitação.

Quanto ao desemprego, a sua taxa é hoje baixa na Suécia. Aqui os problemas, são-no a longo prazo. Durante a próxima década devemos criar muito mais empregos. Pensamos que isto só pode ser feito dentro de uma economia melhor planeada.

EXP. — No caso de o seu governo encontrar rapidamente soluções para os três problemas de que temos falado, e tomando em conta de conta a potencial in-



tabilidade actual existente no Parlamento, devido à não existência de uma maioria, pensa que será possível um período de deslealdade do governo sueno a fim de forçar novas eleições e assim conquistar uma confortável maioria no Parlamento?

O.P. — Se o governo, num problema importante, não for apoiado, no Parlamento por uma maioria importante, haverá certamente novas eleições. Nós tentamos, contudo, evitá-las, já que haverá novas eleições, suceda o que suceder, em 1976.

Semana Nacional

"Ao serviço da ordem"

"NESTA HORA, em que se ouve atacar frontalmente esta corporação e em que se chega até a sugerir a sua eliminação, é bom que falemos claro e que todos os portugueses tenham coragem de assumir atitudes." Esta uma das passagens mais significativas do discurso que o general Spínola proferiu durante a visita efectuada antemão ao Quartel do Carmo, onde se encontra aquartelada a Guarda Nacional Republicana. Por outro lado, o Chefe do Estado acrescenta: "O País, por mais que esta afirmação desagrade a alguns, não pode sobreviver sem forças ao serviço da ordem. E entre todas elas a G. N. R. continuará mantendo a sua posição de prestígio, conquistada ao longo de tantos anos."

Descolonização: duas posições

NO DISCURSO que pronunciou no acto de posse do cargo de Alto Comissário de Moçambique para que foi nomeado o Almirante Vítor Crespo, o Presidente da República afirmou, depois de referir que aquela nomeação se deu por indicação do Governo Provisório e com o acordo do Chefe do Estado Maior (General das Forças Armadas):

"Conhece V. Ex.ª o meu pensamento sobre a descolonização. Conhece igualmente o pensamento da FRELIMO e o que pensa o povo moçambicano. Conhece, assim, o complexo de condicionalismos que estão na base do desvio que acentámos à linha pura do processo de descolonização que idealizámos, desvio que está na origem da incongruência dos que desconhecem os meandros dramáticos da hora histórica que vivemos".

O general Spínola frisava ainda que o empossado redefina as qualidades necessárias para o cabal desempenho da complexa missão de conduzir o processo de descolonização de Moçambique que contribuirá "para que o novo Estado de Moçambique venha a ser efectivamente uma nação de expressão lusa, indelutavelmente ligada à sua Mãe Pátria".

O almirante Vítor Crespo, por seu turno, afirmaria numa passagem do seu discurso:

"O '25 de Abril', senhor Presidente, foi antes de tudo um movimento de conscientização dos grandes problemas nacionais. As soluções têm vindo a desanhar-se com inteiro respeito pelo programa do Movimento das Forças Armadas, ao ritmo do sentir profundo do povo português."

Alta traição a dois povos

EM RELAÇÃO aos distúrbios provocados em Lourenço Marques pelos brancos racistas, a comissão coordenadora do programa do M.F.A. emitiu no princípio da semana uma nota em que condenava "veramente tais actos que considera de alta traição aos superiores interesses dos povos de Portugal e de Moçambique" e manifestava "a sua total solidariedade com as camaradas das Forças Armadas que, em Moçambique, pagam contra tais criminosos actos".

Moçambique: "alterações de comandos"

"VOU PARA Moçambique com a esperança de que a serenidade ali regressar completamente", afirmou o almirante Vítor Crespo à sua partida para aquele Estado. E acrescentou: "Não há nenhuma razão para explicar esta situação. Estou na verdade, especialmente preocupado em restabelecer a ordem e a calma na cidade de Lourenço Marques."

Interrogado quanto a alterações nos postos de chefia que orientam o futuro país africano, o almirante Vítor Crespo respondeu: "É evidente que a minha ida implicará alterações de comandos". Porém, o Alto Comissário de Moçambique não adiantou mais pormenores.

O Almirante Vítor Crespo disse ainda que os responsáveis pelos incidentes de Lourenço Marques "serão julgados" e que muitas outras pessoas que participaram nos acontecimentos "foram arrastadas por um clima de emoção", por "uma certa irreflexão que será razoável compreender".

"Complacência perante a reacção"

A ASSOCIAÇÃO dos Ex-Postos Políticos Antifascistas insurgiu-se num dos seus últimos comunicados contra aquilo que considera "complacência do Governo perante a reacção". Considerado energeticamente as manobras dos racistas ultra-reaccionários de Lourenço Marques, a AEPFA perguntava na sua informação n.º 7 dirigida à população: "Se as autoridades tivessem usado da repressão sobre estes colonialistas teria sido possível vê-los a dirigirem um motim?".

Mais adiante, referindo-se à liberdade recentemente permitida a inúmeros fascistas e criminosos de guerra, indagava-se ainda no comunicado da AEPFA: "que vai fazer o Governo Provisório? Não podemos admitir -- arremetava-se -- que um governo que se diz democrático tema ou hesite, em nome de pretensos humanitários, e que não actue com toda a firmeza contra a violência dos reacçãoários inimigos do povo e da democracia".

Fogem os cabecilhas do "golpe"

SEGUNDO informações de Lourenço Marques, escaparam-se e teriam já saído de Moçambique os principais responsáveis pela insurreição racista dos ocupantes do Rádio Clube de Moçambique, bem como os "pides" libertados da Machava.

Entretanto, e embora a informação oficial mais recente fale em cerca de cem mortos e dezentos e cinquenta feridos, admite-se poder elevar-se a duas centenas o número de vítimas dos tumultos que se iniciaram com o golpe desesperado do último fim-de-semana. E no entanto praticamente impossível determinar o número exacto de vítimas dos bandos de facineiros brancos que, mal se começou a adivinhar uma solução de independência para a colónia e se iniciaram as negociações com a FRELIMO, começaram a assassinar naturais do território, quase sempre indiscriminadamente, visando criar um clima de terror. Principalmente no bairro do Caniço, muitas eram as manãs em que apareciam corpos de africanos. Os assassinos revelavam grande à vontade.

Manifestação de apoio aos Movimentos de Libertação

ALGUNS milhares de pessoas participaram em Lisboa numa manifestação de apoio aos movimentos de libertação das colónias, nomeadamente à FRELIMO e ao Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, em cujos territórios os colonialistas e racistas têm desencadeado acções de terrorismo junto das populações.

A manifestação iniciou-se no Rossio, dirigiu-se a São Bento e regressou novamente ao Rossio, onde terminou em cômico. O comunicado distribuído pelos organizadores da manifestação frisava:

"A importância económica e estratégica de Moçambique é demasiado grande para o imperialismo internacional, para os interesses dos países capitalistas desenvolvidos e as suas grandes companhias, para a continuidade e segurança dos regimes racistas vizinhos da Rodésia e da África do Sul. Por isso a reacção imperialista internacional tudo fará para impedir que os países colonizados, caso de Moçambique, passem a ser livremente dirigidos pelos seus próprios povos".

As suas intenções em Moçambique são bem claras. O medo de não vir a conseguir estabelecer uma dominação económica colonialista mascarada de independência política leva o imperialismo e o colonialismo a tomarem mão da força de morte e a deitarem fora a democracia.

Saneamento na Lisnave

ANTEONTM, os operários da Lisnave, com os seus fatos de trabalho, promoveram uma manifestação maciça através das ruas de Lisboa, com concentração em frente do Ministério do Trabalho. No documento distribuído durante a manifestação, os trabalhadores justificam a sua luta pelo saneamento da administração, "depois de esgotados todos os contactos com as entidades responsáveis, das quais não obtivemos qualquer resposta".

Spínola: o começo de uma opção política



QUASE CINCO meses depois do 25 de Abril, o General António de Spínola proferiu um discurso mais sobre a actualidade política portuguesa. Fê-lo no dia do reconhecimento "de jure" por Portugal na nova República Guiné-Bissau.

Mas, o tema forte do discurso não foi o da descolonização. Foi o da definição da posição política do Chefe de Estado sobre a conjuntura interna portuguesa.

Descolonização: uma justificação

A primeira parte do discurso consistiu numa quase justificação do patrocínio dado pelo Presidente da República à política governativa em matéria de descolonização.

Frisando o que considero ter sido a sua posição de precursor da linha agora seguida na Guiné, ao propor a fórmula a "Guiné para os Guineus", o General Spínola chegou mesmo a afirmar que ele próprio começara a preparar a independência em 1968.

Depois, explicou porquê e em que condições aceitara o passo da independência na Guiné-Bissau. Não admitindo a possibilidade de regimes de partido único, Spínola entendeu que a transferência da soberania do novo Estado para o PAIGC significava para este o dever moral de criar uma democracia pluripartidária, de estilo ocidental.

O conceito de descolonização para o Chefe de Estado compreendia, assim, dois elementos: um elemento formal — a transferência do poder soberano, e um elemento material — a implantação de democracias pluripartidárias, libertas de qualquer forma de novo colonialismo.

Deste modo (e sempre no plano das ideias), Spínola tentou distinguir "a descolonização autêntica" do "apressado abandono".

Este verificar-se-ia sempre que o elemento material da descolonização dela estivesse ausente.

A passagem destas considerações teóricas para o universo das realidades portuguesas, fê-la o General Spínola, afirmando: "Ninguém de boa-fé poderá por isso pensar que a descolonização se consista no facto de a bandeira portuguesa deixar de flutuar em territórios de África. A descolonização só atingirá o seu termo quando estiverem em pleno e eficaz funcionamento instituições democráticas que salvaguardem os interesses de todos os cidadãos. Ou seja, o processo de descolonização não garantia com o termo de transferência da soberania portuguesa para o novo Estado.

Antes, competia às autoridades ditas promover a organização da sociedade em termos análogos aos visionados pelo descolonizador.

A dúvida que fica no espírito dos observadores ajenos é a de saber que valor jurídico tem esta concepção, se não foi (nem poderia) consagrada expressamente nos acordos de descolonização, tal como foram celebrados por ambas as partes.

Talvez por ter presente este pequeno "qui pro quo", o General Spínola apenas formulou os seus votos junto dos dirigentes do PAIGC para que a sua concepção fosse seguida.

Surpreendentemente, e problema de Moçambique possuiu quase despercebido mas palavras de Spínola. Compreender-se-á, no entanto, que uma referência à situação verificada (com indeterminação de alguns dos seus aspectos) fosse tida por inoportuna pelo orador. A alusão ao Governo transiçório em Moçambique, valeu, portanto, à falta de outras referências, como acatção implícita da estruturação orgânica decorrente dos acordos de Luanda, e aprovada em Conselho de Estado.

Quanto a Angola, o discurso é peremptório — o programa contido no comunicado, divulgado pela Junta de Salvação Nacional, é o que "melhor defende a independência e a democracia naquele território".

A transição da primeira parte do discurso para a segunda (que tem muito maior interesse), fi-la o orador ao relembrar os custos económicos e humanos da descolonização, a exigirem uma análise demorada do panorama da nossa vida interna.

O garante do programa do MFA

A primeira ideia que está presente em vários passos dessa segunda parte é a seguinte: o Presidente da República é o "supremo responsável perante a Nação" pela execução do Programa do MFA.

Que interpretação faz o General Spínola desse Programa? A de que ele "é bem claro ao reservar para as instituições democraticamente eleitas a realização de reformas fundamentais da sociedade portuguesa."

Mais adiante, o discurso vai mais longe, e o General Spínola define já não o conteúdo do Programa do MFA, mas o do próprio MFA: "O Movimento das Forças Armadas orienta-se para uma autêntica devolução de Portugal a instituições representativas do pensar e do querer dos Portugueses."

Pela primeira vez o Presidente da República frisa, com tanto relevo, politicamente, esta posição de fiel supremo defensor do alcance do MFA, o que pode ser interpretado como um sinal de convicção do reforço do seu papel político.

Ataque à extrema-esquerda

Retomando pistas lançadas em alocações anteriores, Spínola efectuou uma liturgia de questões que, em sua opinião, estariam em vias de ser resolvidas com o Programa do MFA, com relevo para a formação de situações de facto consumadas, que tenderão a converter-se em si-

tuções de direito, o "clima anárquico da reinvidicação incontrolada", e o saneamento em curso.

Mas, também neste domínio, o seu ataque foi mais longe, quer na crítica concreta de certas das suas opções político-ideológicas.

A identificação aparece como apontando para o "oportunistismo de uma extrema-esquerda", que, no seu passo, aparece como contendo germe de um "intelectualismo de esquerda."

Quanto à sua actuação, o General critica as suas técnicas de manipulação das massas, e o seu alvoro de liberdade. Mas, acrescentando-lhe por igual a "incorrecção de soluções" económicas de cujos efeitos práticos o país começa a descrever face à crescente crise de desemprego, à alta exigência de custo de vida, à insegurança civil e social, a casos já verificados de negação da liberdade de trabalho, e, de um modo geral, ao descrédito em que começam a cair as instituições.

Contará esta passagem uma crítica do Chefe de Estado as linhas da política económica governativa? Se assim se devesse entender, estaríamos perante uma situação "suí gerente", de alinhamento declarado do Chefe de Estado relativamente a opções de um governo que nasceu e, até ao momento, não considerou oportuno substituir.

Posições antifascistas

Além do ataque do Presidente da República à extrema-esquerda, que consideraria em determinado momento, baseado na axiomatica "um povo, um partido, um homem" e que para certos observadores apareceu como um ataque anticomunista, Spínola verbeteu a extrema-direita fascista. Aínda aqui o seu discurso trouxe novidades.

Na verdade, uma hipótese de trabalho para muitos versos foi dada e de que o Chefe de Estado poderia patrocinar uma longa frente de direita conservadora.

Em alguns discursos anteriores de Spínola a hipótese não era afastada.

Desta feita, Spínola, usando pela primeira vez oficialmente o termo "fascista" para qualificar o regime de facto, criticou frontalmente as manobras reacconistas da extrema-direita.

Pô-la, aliás, em permanente contraponto com a "extrema-esquerda".

Posição socializante

Tudo o que fica dito tem muito de original.

Um Presidente da República que critica (embora sem nomear) uma orientação que representa no Governo Provisório por si nomeado e mantido. Um leader político que recusa, de uma assentada, a liderança de correntes conservadoras, prontas a reconhecer-lhe o seu apoio. Não admiraríam ninguém que o discurso tenha causado tantas reacções negativas nos sectores vizados.

Mas, definida pela negativa, a posição do General também se definiu pela positiva que seria a passagem mais curiosa do discurso: "Sou dos que acreditam com autenticamente democráticas quaisquer formas de socialismo desde que em liberdade. Isso é, desde que enquadradas em regimes de pluralidade de opinião e de responsabilidade do Poder perante a vontade expressa dos cidadãos. O próprio conceito de justiça social que propugno radicaliza-se no respeito pela função social da propriedade e pela justa repartição da riqueza. E essa justiça social jamais será alcançada por outra via que não seja a do intervencionismo socializante do poder do Estado na distribuição dos rendimentos, segundo um leque de opções onde cabem diversos sistemas executáveis e diversas conceptualizações, desde a via orçamentária, à política fiscal e à orientação da economia, sem prejuizo da participação da iniciativa privada no desenvolvimento nacional. E tem de aceitar-se, democraticamente que possa haver, dentro desse leque, as correspondentes correntes de opinião com os seus adherentes e simpatizantes".

Para quem esperava que as simpatias do Presidente da República fossem para a direita moderada, nova surpresa. Ao apontar para o leque de opções socialistas ou socializantes não "totalitárias", ou democráticas (ou europeias), o General rejeteia o patrocínio do conservadorismo mesmo encoberto ou moderado.

O porquê desta opção deve rastrear-se na observação feita pelo Chefe de Estado do coeficiente negativo que resultaria para a posição de uma ligação com correntes, sobre as quais se projecta o rescaldo negativo do antigo regime.

Também a descolonização, o que o General tem sido apoiado por linhas da do tipo mencionado e baptizado ou vinculado por direita deverá ter estado presente na sua opção.

Não esqueçamos, por exemplo, a centratura do próprio De Gueir durante o período da descolonização. E isto, em situações que já algumas vezes dinâmicas diferentes da portuguesa actual.

Finalmente, é facto de os últimos tempos serem criticados a coerência da probabilidade de existência de soluções colonialistas a pensar centro-esquerda em futuro Governo pós-eleitoral (com relação para partidos próximos da definição spínolista) não deverá ser apanhada afastada do mente do Chefe de Estado. Sintonizámos fol, por exemplo, o comunicado do PPD, começando o discurso e revalidando-o, quase para ser possível, posições análogas às definidas no discurso presidencial. Já o PS não se pronunciou sobre esta matéria.

Epílogo

Começando por uma exploração teórica sobre descolonização, em que temas de "Portugal e o Futuro" são deixadas no obvio, e em que o objectivo de uma justificação política "a posteriori" é evidente, a discussão define depois, pela primeira vez, o conceito de opção política do Chefe de Estado. Definição essa que poderá significar que ele entendeu ser chegado o momento de passar a leader público, e de escolher um quadraço adequado. Se assim for, algo muito no panorama do poder sobranceiro em Portugal.

A opção formulada (centro-esquerda) apanha desperdiçada os observadores políticos, cobrindo-os de surpresa.

Quanto aos meios que Spínola invoca para afirmar o seu poder como fiel do processo de democratização, só concretiza o cumprimento das leis aprovadas, e a actualização da promulgação das leis fundamentadas que se encontram ainda em elaboração. Vagamente fala no uso oportuno dos "meios constitucionais que lhe foram confiados".

No magnífico artigo que dedica ao último livro de Spínola ao "Novel Observar". Jean-Paul Enthoven considerou-o "o aprendiz de feiticeiro". Penetra sobretudo na descolonização. Uma das grandes dúvidas na vida política portuguesa na actualidade é a de saber, se aprendeu de feiticeiro na descolonização, Spínola é, na política interna, aprendiz de novo feiticeiro.

Para já, há quem aposte firmemente em ambas as alternativas.

Será que há um renúncio possível nesta como outras questões, e ele é esperável para os tempos mais próximos?

N. S.

Aventura colonial da última hora mergulha Lourenço Marques em dor e morte

LOURENÇO MARQUES (do como estivo especial Augusto de Carvalho) — a cidade chora os seus mortos e tenta salvar os feridos, ainda estremeada no incubo de de uma tragédia, sob cuja condição falta descer o pano, com os subúrbios barricados a temer a entrada de brancos.

Quantos são os mortos? Os números oficiais mencionam cerca de setenta, mas ninguém, nestas circunstâncias, como já é certo e sabido, acredita em números oficiais, amadeirados da desconfiança de todo o regime que nos precedeu.

Feridos são várias centenas, e na quarta-feira, a rádio não se cansava de proclamar que os automobilistas particulares deixassem livres as avenidas Pinheiro Chagas e Pinheiro Patrício, aréreas que dos subúrbios levam até ao hospital central. Foi um cortejo de ambulâncias que deu a Lourenço Marques o ar de um grande hospital, publicitado pelos constantes amonstros da rádio, agora sob o controle das Forças Armadas, com a frase: "Lourenço Marques está doente".

Mas para além de mortos e feridos, existe a multidão dos feridos na alma, dos amedrontados, dos desconfiados do próximo de um racismo que estava a querer encerrar-se, para, de repente, resurgir a convencer as mãos entre as comunidades. Neste Moçambique, que parecia ir a constituir o modelo de desmontação,

apesar de tudo, o alto comissário, aqui chegado, garantiu que Moçambique havia de ser de facto um modelo construído através do esforço conjunto das Forças Portuguesas e da FRELIMO.

Da Beira a L. Marques de táxi

Chegamos à Beira, terça-feira tarde, altura em que o TAP atrou conosco para o hotel, pouco o aeroporto de Lourenço Marques estava encerrado. Os comunicados eram alarmantes nesta Beira que entrava no seu segundo dia de greve em solidariedade com o Movimento que larja tomado o Rádio Clube. Uma greve de estabelecimentos, cuja gestão de ordem se ignorava.

Estendendo repetidas vezes as mãos que não aderissem.

Tomamos um táxi e rodámos para Lourenço Marques: mil e quatrocentos quilómetros dessa distância de África, aqui e além, com manchas humanas aglomeradas ao receptor, bebendo os noticiários, inquietantes e curiosos.

Na Manhica à 78 quilómetros de Lourenço Marques, fomos obrigados a parar. Todo o quase todo o processo subsequente estava desviado com troncos de árvores, e determinada distância uma das outras, guardados por poetas, de trapalhas e catanias. Nem uma alma de fogo conseguimos ver. Em alguns lugares com detensas e densas de brancos com quem misturamos e que sabíamos evitarmos armados. Com um jipe e quatro militares à frente, fizemos o

percurso em extensa caravana, verificando, pela primeira vez, com os nossos olhos o entendimento entre as forças armadas e as populações. Dois deles de cavaco, dois sorrisos, uma explicação de que a gente não levava armas e os troncos eram desviados e lá passávamos. Cantinas saquadas, umas, incensadas, outras, e algumas intactas, era o panorama que mais chamava a atenção.

Mas aí de quem se ariscasse a passar por sua conta e risco.

Os pretos resolveram levantar eles próprios a guarda e não permitir que brancos se dirigissem a Lourenço Marques, a fim de eventualmente não, virem a engrossar a fila dos caçadores de homens. A fila de caçadores de pretos, que, de carros em coreia atiraram indiscriminadamente nos subúrbios. Passou então, O. A. S. na Argélia.

A maior parte dos negros mortos que por aqui passaram foram baleados. "A maior parte dos brancos foi morta à paulada" — garantiu um médico do hospital central Miguel Bombarda.

Reportando-nos aos dados oficiais a percentagem é de um branco morto por cada seis negros abatidos.

Diz um oficial que acabava de regressar de uma distribuição de alimentos na noite passada:

"Os pretos não andam armados, querem é que nós tiremos as armas aos brancos".

"Há uma sensibilidade muito grande contra o branco, uma desconfiança enorme, de tal maneira que é muito perigoso a um branco aventurar-se pelos

subúrbios. Muito poucos brancos são os que lá entram e devidamente identificados como sendo simpatizantes da FRELIMO." Declarou-me o mesmo oficial.

"Isto foi uma tragédia. Lançaram pretos contra brancos, brancos contra pretos, brancos contra brancos, e pretos contra pretos".

Descobrimos uns dos outros. Nós próprios fomos constantemente ameaçados. Ainda ontem a um camarada da fotografia lhe encostaram uma pistola à barriga, em frente do Hospital Miguel Bombarda, obrigando a entregar os olhos ao grupo de brancos que o rodeou" — são de um jornalista de Lourenço Marques que, neste momento vive em regime de Cacuamba.

Ontem sexta-feira o ambiente era mais calmo, devido a intervenção bastante inteligente das Forças Armadas em conjugação com a FRELIMO. Mas esta acalmia sabe-me a barril de pólvora. Ainda, na quinta-feira à noite foram detectados carregamentos de material bélico que em quantidades apreciáveis se dirigiam para Lourenço Marques.

Interrogação

Onde está a raiz do que aconteceu nesta cidade, cidade que viu o primeiro comício da FRELIMO em ambiente de festa? Numa terra onde as banjas com os guerrilheiros nem sequer eram notícia. Onde a tropa portuguesa e forças da FRELIMO se davam as

mos por esse lado fora.

Onde agora se matou e feriu gente como se de caça se tratasse para prazer sádico, enlatando um país e envenenando o clima de entendimento entre as comunidades.

Não é fácil penetrar no fundo da meada. Desvendando-a até chegar o princípio do fio. Os ânimos continuam muito exaltados. Os factos narrados pelos próprios que dizem haver-lhes presenciado, nem sempre resistem a perquirição minuciosa.

O boato campela como cogumeio em terreno adubado.

E por vezes é difícil acreditar naquelas que nos dizem que foram testemunhas oculares. Um exemplo significativo:

Chegado a Maxize, a 487 quilómetros de Lourenço Marques, foi-me garantido que ali próximo em Lindela, praticamente à distância de um tiro de canhão, a cidade estava sob a polícia e que ninguém podia passar. Que ele próprio acabara de ser impedido de o fazer e "ali estava no hotel a sacar".

Não dei ouvidos e segui para Lourenço Marques, não sem antes haver telefonado ao governador de Inhambane, que me garantiu desconhecer o facto, que aliás, decoraria em área da sua jurisdição. O meu interlocutor, ao ouvir o telefonema riu.

"Nem já o governador sabe o que se passa nos seus bispados". "Estamos bem entregues". A verdade porém é que não havia qualquer proibição.

Circulam constantemente boatos do mais diverso teor.

Desde contingentes de brancos que se aproximam por terra ou mar até à multidão de pretos que afirmam os boteiros terem intenção de destruir a zona de brancos.

De tudo isto um facto pelo menos: a gente vive apavorada. Sem distinção de cor.

Como se chegou a esta situação?

O pano de fundo

Correui o risco de repetir algo que os leitores já conhecem através da Imprensa diária. É necessário, porém, fazer um resumo que sirva de introdução e à inquirição que sinto publicar no intuito de levantar um pouco a poeira do vóu.

Em primeiro lugar, como pano de fundo ou teatro de operações temos de pensar em termos de Lisboa e de Moçambique a dois dias da independência, território habitado por pouco mais de cem mil brancos e cerca de nove milhões de pretos com trinta mil indianos e cerca de quatro mil chineses. Os brancos e estes últimos formaram sempre uma casta privilegiada, em cuja função viviam os pretos. A independência vai verificar-se sob a bandeira da FRELIMO cujo lema fundamental é constituído pelo "não à exploração do homem pelo homem. Não ao racismo".

Neste sentido vem desenvolvendo toda a sua acção e estava a conseguir criar em determinadas zonas uma atmosfera de en-

tendimento que fazia antever um Moçambique novo. Depois do 25 de Abril, surgiram à pressa movimentos os partidos políticos liderados por individualidades que sempre apoiaram o falecido regime, o que em termos de África, significa apoiar o colonialismo, com tudo o que alberga no seu bojo.

Sem dúvida, que foi a FRELIMO quem fez falhar de morte o colonialismo nestas paragens, mas os interesses deste imediatamente se organizaram para continuar a subsistir no novo regime, para continuarem com os seus representantes na governação que se vai seguir, como havia acontecido no anterior. Dados os ventos a soprar noutra direcção, serviu-lhes mesmo um regime partidário do tipo europeu. Queriam era condições iguais às da FRELIMO. Seria mais ou menos como se os antigos aderentes da ANP pretendessem obter assento no Governo de Coligação com as Forças Armadas em Portugal, não reconhecendo a estas o direito de organizar o país de acordo com o programa estabelecido.

Acreditava-se que antes do 25 de Abril a FRELIMO era tratada nos jornais e na rádio como o pior dos inimigos. Agora, de um dia para o outro, resulta aos olhos da população branca que não era ela o inimigo. Isto, numa terra onde nunca houve entranhamento de comunidades, pretendendo viver-se num regime de exploração à portuguesa isto é, a nível caseiro, isto numa terra onde a grande massa branca e preta vivia alheada dos problemas políticos para agora imediatamente se lhes pôe a questão da segurança vital. E a comunidade branca, consciente desse longo contencioso, a saldar ao problema de uma permanência numa terra onde edificaram as suas vidas e viram acasteladas as vontades. Terra destas é presa fácil de manobras que calam tanto mais fundo quanto mais se dirigem às zonas sensíveis da consciência, sendo as que retinham com mais agudeza aquelas que se relacionam com a conservação própria. O tal intuito de conservação de que falam os psicólogos, com cargas acumuladas e recalçadas em seu torno, quase formando uma superpersonalidade.

Os ingredientes detonadores

Quinta-feira da semana passada, foi marcado para o Estádio da Machava — outros Saldus — um comício de apoio à FRELIMO sendo ordenada uma greve de paralisação geral de trabalho a fim de apressar a assinatura do acordo de para demonstrar a força enorme de apoio de que a frente gozava no país. Acordo aquele cujas cartas haviam sido postas na mesa aquando dos vários contactos havidos entre a FRELIMO e o Governo português. Falta praticar a assinatura para iniciar o caminho da transferência de poderes para a Frente de Libertação de Moçambique. O comício continua na sexta-feira e nova voz é

lançada de paralisação das actividades. Neste mesmo dia, ao fim da tarde, um grupo de trinta para quarenta jovens, apanha o edifício da "Notícias e da "Tribuna". O "Notícias" vinha fazendo campanha franca e aberta pela FRELIMO, e também a "Tribuna", embora esta com mais moderação. O mesmo grupo deslocou-se para o Rádio Clube, onde se praticava desportos. A PSP tentou aparecer, e, mesmo assim, quando aparece mantém-se passiva. O grupo vai engrossando e, chegados ao Rádio Clube, já são mais de uma centena. Caminham para a revista "Tempo", cuja redacção está fechada, e seguem para a associação Académica, que destroem, e para a sede dos Democratas de Moçambique que incendiam. Os exaltados eram chefiados por dois figuras características da cidade: o "Fomele Maluco" ex-PSD, e agora graduado da OPVDC, e Gonçalo Mesquita, filho do antigo deputado do mesmo nome.

Sábado de manhã, recomeça o comício por FRELIMO. Carros a buzinar desalmadamente percorrem a cidade. Alguém contou oitenta. Na estátua de Mouzinho é colocada uma bandeira portuguesa. O cortejo, que engrossa constantemente, dirige-se em direcção à Machava, onde se estava a realizar o comício, mas a tropa impede-o de alcançar o objectivo, interceptando-o apenas a trezentos metros do estádio. Voltam para trás e aparecem "por milagre" milhares de bandeirinhas verdes e encarnadas de todos os cantos. Cerca das dezassete horas agrupam-se em volta do Rádio Clube. Desde a noite anterior que um grupo de comandos ali havia tomado posição. Entretanto, da multidão saem sinais, para impedir carros de entrar nos dois direcções que não lhes convinham. Começa a perceber-se organização naquilo que ao observador desprevenido poderia parecer simples erupção popular. Cerca das 18.30, forçam as portas do Rádio Clube de Moçambique. A frente vai Sérgio Cardiga empunhando uma "Magnum 400". Lá dentro começa a destruição. Só param de partir nas instalações técnicas porque alguns lhes lembrou que se as arruinam destroem o próprio golpe que estão a levar a cabo. Aparece logo a seguir aos microfones uma voz a dizer que "haviam sido traídos" — que Mário Soares e Almeida Santos eram traidores, que os haviam vendido. Comem os Santos, do "FICO", cabeça visível do Movimento, chamado MOLIMO (Movimento de Libertação de Moçambique), juntamente com o dr. Hugo Grillo, dr. Pires Moreira, Vasco Cardiga, Gonçalo Mesquita (Comandante Mochô). Agarrá-se ao microfone e anuncia que o Movimento Popular de Moçambique; Livre havia tomado conta da situação. Apela para os populares, para que se juntem nas imediações do Rádio Clube, e haviam tomado o Governo, para onde, de facto, se dirigia um grupo, mas onde governo não havia. Pedem a todos o que se sintam capazes de governar.

que apareçam, que o programa de Lusaka não seria posto em prática, pois agora é que Moçambique era livre.

Chamam constantemente por nomes de militares, imitam a fisionomia de determinados comandantes, declaram que Moçambique inteiro está com eles. Insultam Mário Soares e Almeida Santos repetidamente. E tentam inocular nas populações que o próprio general Spínola vê com simpatia, a luta que estão a conduzir. Que estão à espera a todo o momento que o Presidente da República pronuncie uma mensagem especial.

Moçambique inteiro apenas ouve esta voz, porque os jornais ou não se publicam ou são porta-vozes da rádio. É anunciado que o "489" havia aderido totalmente e ia aparecer com edições extraordinárias. O "Diário" que anteriormente não se publicava, devido ao conflito que opunha os trabalhadores à entidade patronal, o Arcebispo de Lourenço Marques, Oitenta "pides" são postos na rua e dirigentes passavam-se pela cidade.

As declarações sucessivas resenham-se de sisabamento, características de indivíduos que começam a entrar na desorientação. Primeiro são antifederalistas. Chamam à FRELIMO uma organização de facinoras e ao seu presidente um ex-enfermeiro sem categoria intelectual para os governar, a eles que querem um governo "multirracial" (sic). Mais tarde, fazem um apelo aos militantes da FRELIMO com os quais dizem desejar dialogar. Tão depressa chamam o governo português colonialista como se instituições portuguesas democráticas que esperam orientações de Lisboa.

Os militantes da FRELIMO não aparecem, apesar de no penúltimo dia clamarem por eles quase desesperadamente. O locutor repete que querem um Moçambique "democrata" (sic). Há muitas

armas lá dentro — "FN's" e outras. As Forças Armadas não querem fazer sangue e entra-se no regime da parâmentação, induzido através de enviados do próprio general Spínola. Os rebeldes tentam insinuar que o general Orlando Barboza estaria com eles, o que era totalmente falso, pois no sábado havia declarado em termos peremptórios que a sua linha, da qual não arredaria pé, era a do Movimento das Forças Armadas. Os revoltosos mentem continuamente, e enganam a opinião pública, que não tem outro meio de informação.

Terça-feira finalmente rende-se, depois de o locutor manual que é Gomes dos Santos, haver anunciado que iam entregar a rádio à PSP, e que o Governo havia-se manifestado intransigente: fizessem o que fizessem os acordos de Lusaka, seriam respeitados, acordos estes que eles nunca leram aos microfones. A verdadeira rendição, porém, dá-se quando um grupo de para-quedistas entra no edifício e faz explodir três grandes sem consequências.

Os catechistas vivíveis assim, não se sabe para onde, e então começa a mortandade lá para os subúrbios com indivíduos brancos a dispararem de dentro de carros contra negros indefesos e inocentes. Aparecem de repente e fogem semeando a morte e o pânico. Na rádio os rebeldes não se cansaram de falar em "Dragões da Morte" e a eles se dirigiam em código. No meio de tudo isto, a organização provincial de voluntários está a desempenhar um papel sedado, já que os seus aderentes são em maioria de mentalidade racista, exaltada e a organização está armada até aos dentes. Eu próprio conversei com alguns elementos que me diziam ser "GJ" em casa, "novinhas em fúria".

As Forças Armadas, entretanto, começam a actuar juntamente com elementos da FRELIMO, e quer uns quer outros merecem inteiro

aplauso pelo alto sentido de civismo com que conduzem a sua missão.

Ignora-se neste momento o paradeiro dos desenganadores imediatos de toda esta tragédia cujos nomes já acima ficaram escritos: Hugo Vêlez Grilo, Gomes dos Santos, Pires Moreira, Gonçalo Mesquita Filho, Gonçalo Ferreira, Vasco Cardiga, Daniel Roza e outros, a que se juntaram Joana Simões, Uria Simango e o padre Gewengere.

Os democratas de Moçambique e muitos jornalistas continuam assustados pois recebem ser alvo de grupos extremistas que continuam à solta referenciados aqui como fiéis e federalistas.

Foi de um aventureirismo irresponsável. Conseguiram levar muita gente, porque se serviam de motivações nobres, tais como o hino nacional, a bandeira portuguesa, Grandola.

Tudo encamaram para fazer como diziam o 25 de Abril em Moçambique: "para conquistar a liberdade contra os acordos de Lusaka que nos venderam sem nos consultarem".

Ao mesmo tempo que se afirmavam democratas, soltaram a PIDE, a quem tratavam como camaradas.

Aos observadores mais atentos, no entanto não escapa que há indícios fortes de que uma organização ou alguns mais poderosos tenha estado por detrás de tudo isto com promessas de apoio e garantias de eficácia. Quando a sua lá a meio da tormenta, deve ter havido uma retraction que os fez entrar no delírio e no óscupero. Há muito para esclarecer nesta mesada.

A situação entretanto tende a regressar à normalidade, embora a atmosfera esteja demasiado carregada. Senão existir uma vigilância constante, tudo se pode repetir e o terrorismo urbano instalar-se, de novo, com consequências imprevisíveis.

Não à bipolarização

É PRINCÍPIO assente que os regimes políticos se consolidam pela coerência da sua linha orientadora, pela prática permanente dos seus princípios e pela vigilância atenta dos factores de destruição, venham eles de onde vierem.

Durante meses, houve quem temesse vários perigos contrários à criação de uma democracia em Portugal: os resquícios, bem vivos em instituições e pessoas, do antigo regime, a atracção do poder para os militares, e a subida de forças revolucionárias que pudessem (e quisessem) pôr em causa o jogo democrático. Por outro lado, vários sectores da opinião pública democrática portuguesa, encerraram com apreensão atropelos às liberdades fundamentais, criação de estruturas paralelas e domínios minoritários, assentes em pseudo-legitimidades eleitorais, sobretudo no plano das autarquias locais.

Neste quase meados de Setembro não será demais chamar também a atenção para o perigo que vem da revivescência de forças reacçãoárias.

Não é, bem entendido, o perigo único, já que outros permanecem de pé, mas é um perigo que se pode insinuar por detrás de inúmeras campanhas ardidas ou de diversas manobras subditas. O que sucedeu em relação ao caso de Lourenço Marques foi, a este respeito, sintomático.

Sendo a democracia política, económica e social — sempre o defendemos — o regime que permite, no pluralismo das correntes políticas e ideológicas, assegurar os direitos e liberdades dos cidadãos no político, como no económico, como no social, tudo quanto for feito no sua defesa representa uma probabilidade mais do que o 25 de Abril seja irrevincível.

A herança do passado é pesada. Não é impunemente que um país vive cinquenta anos de quase total bipolarização antitética. A atracção bipolar dos extremos tende, nestas circunstâncias, a prolongar-se, cada qual defendendo ser a sua a única via para se não cair na do polo oposto.

Ora a defesa da democracia passa, entre nós, necessariamente, pela ultrapassagem dessa bipolarização, pelo reforço de orientações verdadeiramente empenhadas na via democrática. E, ao mesmo tempo, pela prevenção de todos os factores ou acções anti-democráticas, seja qual for a sua origem, seja qual for a sua fundamentação.

No caso de Lourenço Marques, essa defesa deve traduzir-se na atenção ao aproveitamento que dele venha a ser feito, designadamente por minorias contrarrevolucionárias da extrema-direita. Não queremos que o fascismo volte, encapotadamente ou não, a Portugal. Mas cremos que o problema é mais amplo. Parece-nos urgente superar a bipolarização frontal na sociedade portuguesa. Só assim estaremos seguros de que o nosso futuro não é o de uma ditadura de qualquer sinal.

Filipe, Pedro

EDITADO POR FILIPE DE ALEXANDRE

“A CONSTRUÇÃO DA GUINÉ É O NOSSO CONTRIBUTO À LIBERTAÇÃO DE ÁFRICA”

“OS FACTOS dispensam-nos de provar que o instrumento essencial da dominação imperialista é a violência. Se acreditarmos o princípio segundo o qual a luta de libertação é uma revolução e que esta não acaba no momento em que se iça a bandeira e se toca o hino nacional, veremos que não há, nem pode haver, libertação nacional sem o emprego de violência libertadora por parte das forças nacionalistas, para responder à violência intensiva dos agentes do imperialismo.

Ninguém duvida que, quaisquer que sejam as características locais, a dominação imperialista implica um estado de violência permanente contra as forças nacionalistas. Não há povo sobre a terra que, tendo sido submetido ao jugo imperialista (colonialista ou neo-colonialista), conquiesça a sua independência (nominal ou efectiva) sem vítimas. O que importa é determinar que formas de violência devem ser utilizadas pelas forças de libertação nacional, para responder, não só à violência do imperialismo, mas também para garantir pela luta a vitória final de sua causa: a verdadeira independência nacional”.

“As experiências vividas por certos povos, a situação actual da luta de libertação nacional no mundo (especialmente no Vietnam, no Congo e na Rodésia), assim como a situação de violência permanente, ou pelo menos de contradições e de sobressaltos, na qual se encontram certos países que conquistaram a sua independência pela via dita pacífica, demonstram-nos que não somente os compromissos com o imperialismo são insuperáveis, mas também que a via normal de libertação nacional, imposta aos povos pela repressão imperialista, é a luta armada...”

“Eis a grande lição que a história contemporânea da luta de libertação nacional ensina a todos os que estão verdadeiramente empenhados no serviço de libertação dos seus povos”.

“É evidente que tanto a eficácia desta via como a estabilidade da situação à qual ela conduz, após a libertação, dependem não só das características da organização da luta, mas também da consciência política e moral dos que, por razões históricas, são os herdeiros imediatos do estado colonial ou neo-colonial”.

AMÍLCAR CABRAL

991



"As classes sociais estão numa fase embrionária, principalmente o proletariado."¹¹

192

Empresas portuguesas na Guiné-Bissau

EXPRESSO — Qual o futuro das empresas portuguesas na Guiné-Bissau?

PEDRO PIRES — O futuro dessas empresas depende dos acordos que iremos estabelecer com o Governo Português no domínio económico, por um lado, e da discussão que os nossos especialistas — os encarregados da nossa economia — irão com os responsáveis dessas empresas. Haverá pois uma discussão a dois níveis. Com o Governo português e directamente com os responsáveis dessas empresas. Há que ter em consideração um factor: as empresas, antes estavam numa situação, agora exercem a sua actividade num país independente onde é necessário ter em linha de vista o plano de desenvolvimento económico desse país.

Nomadicamente em relação ao Banco Nacional Ultramarino o seu futuro está também dependente das negociações a ter com o Governo Português. Dentro do nosso conceito de desenvolvimento económico pensamos que a tecnologia e emissão da moeda é um atributo da soberania. Portanto pensamos ter o nosso Banco emissor como qualquer estado independente o deve possuir. E assim que concebemos a política económica de um país.

Entretanto sabemos que o modo português continuará a circular na República da Guiné-Bissau durante três anos, após o que será emitida a nova moeda: o peso "guineense".

Os incidentes de Moçambique

EXPRESSO — Qual a posição da República da Guiné face aos incidentes de Moçambique?

PEDROS PIRES — Esses incidentes não defendem os interesses da população europeia ou de origem europeia. Ao que parece esse grupo não foi seguido pela maioria da população o que demonstra que os europeus empreenderam a necessidade da mudança, isto é a necessidade da independência de Moçambique. No nosso caso há uma diferença pois não vemos uma colónia de povoamento logo os problemas são bastante diferentes. Na política do nosso Partido procuramos sempre preservar a cooperação e a nossa amizade com todos os portugueses que vivem na nossa terra. Temos sempre tido em linha de conta a sua vontade de preservar a amizade e a possibilidade de cooperação com o povo português.

Formação de quadros

EXPRESSO — Qual a política de formação de quadros da Guiné em aproveitamento dos existentes?

PEDRO PIRES — No que se refere aos técnicos portugueses a sua requalificação será decidida nas negociações para a cooperação no domínio técnico. Estamos de acordo que devemos ter técnicos portugueses para participarem na constituição nacional.

No que respeita à nossa política de formação de quadros, temos feito um esforço intenso nesse sentido. Temos várias escolas entre as quais uma escola piloto, onde temos as bases. Saldos da escola os melhores alunos continuam os seus estudos nos liceus e nas universidades europeias. Os melhores fazem geralmente um curso médio e depois de uma certa prática, se tiverem bom aproveitamento nesses cursos entram nas Universidades europeias para fazerem então um curso superior.

Fundamental para o nosso desenvolvimento a formação e a educação de técnicos médios. No domínio da cooperação pode-se ter técnicos superiores, mas não há sentido pedir técnicos médios e ainda menos trabalhadores especializados.

Críamos as bases e ao mesmo tempo formamos os quadros superiores.

Quanto a um plano de industrialização para a Guiné-Bissau o major Pedro Pires sublinhou a necessidade de antes de tudo mais inventariar as riquezas e só depois pensar na industrialização.

"A nossa primeira preocupação é dar de comer ao nosso povo. Aumentar a produção agrícola, e ao mesmo tempo modernizar a agricultura. Se formos capazes de dar de comer ao nosso povo sem importarmos absolutamente nada então poderemos aproveitar toda a ajuda externa para a criação de novas riquezas.

Os auxílios externos que venham a ser oferecidos à República da Guiné-Bissau poderão ser aceites se forem condicionais.

A Guiné-Bissau e a libertação de África

"É uma tarefa de cada país africano independente fazer tudo para ajudar os nossos irmãos da África do Sul e da África Austral a desenvolverem a sua luta e a libertarem-se" — **Amílcar Cabral**.

Em que medida a Guiné-Bissau se encontra solidária com essas lutas e qual poderá vir a ser a sua

contribuição para a libertação definitiva da África?

PEDRO PIRES — "Temos poucas pretensões de fazer coisas extraordinárias. A maior ajuda que podemos dar à África é construir o nosso país na maior justiça social.

Se conseguirmos defender a nossa independência, lançar as bases para o desenvolvimento económico e social do nosso país isso é já uma contribuição imensa para a Libertação de África.

No nosso ponto de vista cada povo deve construir e lutar para a sua própria libertação.

É pois muito importante para a África que construamos o nosso país.

Relações com o Brasil

EXPRESSO — No contexto internacional, a República da Guiné-Bissau, considera o Brasil em condições de tratamento especial ou em pé de igualdade com qualquer outro país?

PEDRO PIRES — As verdades dizem-se. Sejam elas amargas ou doces. Fazemos um luta de Libertação Nacional. O Brasil não participou ao nosso lado nessa luta de Libertação Nacional, assim como muitos outros países.

O Brasil fala a mesma língua — o português. Temos pouca possibilidade de nos entendermos. A nossa colaboração com o Brasil depende do que for estabelecido entre o nosso Governo e o Governo Brasileiro.

Poder-se-ia dizer que nós lutamos contra a dominação portuguesa, o que é verdade, mas não confundamos isso, porque milhares de portugueses combateram para que se liquidasse em Portugal o fascismo e se efectuasse efectivamente a descolonização. Há pois toda uma diferença entre Portugal, a participação dos portugueses ao nosso lado na nossa luta de Libertação Nacional e o Brasil.

Esboço social da Guiné-Bissau

Pedimos legitimamente ao major Pedro Pires que nos fizesse um breve esboço das classes sociais que compõem o seu país.

PEDROS PIRES — "Não sou um especialista. Tenho-me dedicado mais ao aspecto militar da luta que ao seu aspecto social. Sempre discutimos em conjunto esses assuntos e tenho portanto uma ideia sobre ele.

A maioria da nossa população é camponesa. É necessário ter em

consideração que há diferenças no seio das várias etnias que constituem a população. Há etnias onde a estrutura política é fraca e quase inexistente. Há outras onde existe uma estrutura piramidal, onde há uma base e uma direcção. A divisão de classes, se assim lhe podemos chamar, varia conforme as etnias. Toda esta gente constitui o campesinato. Há depois o que podemos chamar de pequena burguesia. Isto é, os funcionários, os pequenos comerciantes, os pequenos proprietários. A classe operária quase não existe.

O papel da pequena burguesia

As classes sociais, exceptuando o campesinato — classe bastante heterogénea — estão numa fase embrionária, principalmente o proletariado.

Anteriormente analisávamos as classes sociais no sentido da sua participação na luta de libertação. Hoje vamos ter necessidade do o fazer num sentido diferente que é o da reconstrução nacional.

O papel de cada uma dessas classes na luta de libertação nacional foi diversa. A pequena burguesia não teve o papel relevante que deveria ter. Tive-o inicialmente mas perdeu-o. Ela é bastante minoritária no nosso Partido e em especial na sua direcção. Houve uma participação em massa dos camponeses, mas também há uma classe embrionária que teve um papel importante nos primeiros anos da nossa luta. Foi dessa classe que saiu a maioria da direcção do nosso partido. Falo dos trabalhadores urbanos, embrões do proletariado. Eram indivíduos cujos pais trabalhavam e que tiveram a possibilidade de estudar um pouco nos centros urbanos. Foi desse grupo social que saiu a maioria da direcção do nosso partido. Talvez agora, a presença da pequena burguesia no nosso Partido se reforce com a nossa presença nos centros urbanos.

A luta foi feita no mato. Foi portanto aí que tivemos os maiores contactos. A nossa presença nos centros urbanos foi forte nos primeiros tempos. No entanto, uma forte repressão levou a que nos afastássemos deles. Uma maioria dos nossos militares que aí se encontravam foram presos, deportados, etc. Nos últimos três anos, a nossa presença reforçou-se novamente nestes centros.

O nosso regresso a esses centros, estamos a fazer, irá reforçar a participação da pequena burguesia no processo de desenvolvimento. Já contamos com muitos estudantes e funcionários públicos. Por outro lado, a africanização dos quadros foi também um passo em frente para que eles participem activamente na nossa Reconstrução Nacional.

É igualmente importante a possibilidade que tivemos de

contactar, durante a nossa luta de libertação, com crianças que entraram para as nossas escolas aos dez anos e que agora, já com vinte anos, são quadros com que contamos. É também o problema da transformação do campesinato na classe operária nascente na própria burguesia.

Aquestão tribal

Na nossa análise aceitamos a existência das etnias, porque elas são uma realidade, mas, ao mesmo tempo, negamos a sua existência, pois não compreendemos que um país pequeno tenha uma série de tribos.

Negamos porque não fazemos a política tribal. Na direcção do nosso Partido não há percentagens de tal ou tal tribo. Não formámos o Partido na base de tribos nem a sua direcção numa base de percentagens. Temos sempre em consideração a existência delas, mas lutamos para que se reforce cada vez mais a nossa unidade nacional.

Desenvolver a cultura de cada etnia é um aspecto a que daremos grande importância. Mas também procuramos nas estruturas do Estado que cada tribo esteja representada.

Nas nossas unidades militares existem todas as tribos. Ninguém é nomeado para um comando pela sua representação ou qualidade étnica, mas sim pelas suas condições.

Quanto ao aspecto das hierarquias pensamos que, e isto é uma opinião pessoal, nas nossas condições não podemos resolver nada com decretos. Os decretos não servem para resolver as contradições. Só o desenvolvimento, no nosso caso pode resolver as contradições. Penso que os chefes tribais estão a perder a audácia que tinham. A juventude que viveu a luta, que cresceu depois do seu começo, ultrapassou as estruturas tribais. Este movimento irá ultrapassar estas contradições.

Cabo Verde

Em relação às ilhas de Cabo Verde consideramos que, desde que o Governo Português reconhece as ilhas de Cabo Verde o direito à Independência, nós devemos, agora, preparar as condições para a realização da independência do arquipélago.

Estamos a desenvolver o nosso trabalho político nesse sentido. O Partido que existe nas ilhas de Cabo Verde, é o nosso Partido. Portanto não temos dúvidas. Depois do reconhecimento da Guiné-Bissau, pelo Governo Português, o nosso Partido irá apresentar-se legalmente em Cabo Verde. Ele será o partido nacionalista nestas ilhas que irá realizar, juntamente com as autoridades portuguesas, o processo de independência.

Capital ou sede provisória

EXPRESSO — A capital continuará a ser Madina do Boé ou transferiu-se já para Bissau?

PEDRO PIRES — Por enquanto não temos uma capital mas uma sede provisória, que é Madina do Boé, posteriormente iremos para Bissau, pois é lá que está o porto, o aeroporto e tudo o resto. Temos um conceito diferente de capital. Em todo o lado a capital tem sido a cabeça grande em corpo pequeno.

É necessário interessar os nossos compatriotas pelo desenvolvimento da agricultura. Do mesmo modo temos de criar centros de interesse no mato para que não se verifique o êxodo rural para Bissau.

Transferência de material de guerra

EXPRESSO — O Exército Português transferiu algum do seu material para a República da Guiné-Bissau?

PEDRO PIRES — O Exército Português transferiu realmente algum do seu material de guerra para a República da Guiné-Bissau. O quantitativo exacto não me é possível revelar — continuou Pedro Pires — pois não tenho trabalhado no problema da evacuação. Não posso, pois, dados concretos.

994

Paulo José Antônio Correia de

A Política de Saúde nos últimos trinta anos (2)

Antônio Correia de Campos

NO NUMERO anterior Antônio Correia de Campos analisou a evolução da política de saúde nos últimos trinta anos a partir de alguns dos textos legais mais significativos, nomeadamente o Decreto 35 108 de 7 de Novembro de 1945 que regula a reorganização da Assistência Social e a Lei nº 2 120 de 19 de Julho de 1963 sobre o Estatuto da Saúde e Assistência.

Estatuto Hospitalar

(Decreto-Lei n.º 48 357 de 27 de Abril de 1968)

Não é possível analisar o Estatuto Hospitalar de 1968 sem uma referência à Lei 2011 de 2 de Abril de 1966 da qual ele desce em linha recta.

Forjada na senda do importante decreto-lei que reorganizou a assistência social (Decreto-Lei 35 106) ela revelava-se para a época um texto com grande poder de inovação, inegável clareza de conceitos e até de alguma eficácia. Por ela se iniciou a doutrina da chamada regionalização hospitalar, segundo a qual os hospitais deveriam agrupar-se em circunscrições de três níveis, o concelho, a região (distrito) e a zona (conjunto de distritos) cooperando tecnicamente entre si, ampliando as suas responsabilidades no sentido ascendente, e desenvolvendo-as no circuito descendente, uma vez alcançada a cura. Cada zona seria técnica e cientificamente autónoma, estabelecendo-se que o país se dividiria em 3 zonas, Norte, Centro e Sul.

Enunciavam-se os serviços com que deveria ser dotado cada uma destas categorias de hospitais, e complementava-se a rede de camas activas com «centro de convalescência e readaptação», «hospícios» e «brigadas móveis de assistência, socorro e colocação de doentes» que até hoje ainda não passaram do texto legal, embora toda a gente reconheça que a demora média dos hospitais gerais é excessivamente empoada pela inexistência de hospitais para crónicos e convalescentes.

Em termos que nos parecem pouco coerentes com a orientação geral da doutrina da assistência, na época, afirmava-se (base XIX) que os encargos da assistência hospitalar competiam ao Estado nos seus estabelecimentos próprios e seriam custeados em regime de cooperação, nos pertencentes a outras entidades ou por elas mantidos. Se considerarmos que a lei dispunha com algum pormenor os trâmites a que passaria a obedecer a construção de edifícios para hospitais, ordenava a dotação de uma importante verba anual para esse fim, e criava o órgão competente para lhe dar execução (Comissão de Construções Hospitalares), poderemos depreender que na mente do Governo estaria a ampliação, em grande escala, do equipamento sanitário do país no campo hospitalar, assumindo o Estado um papel de primeiro plano, nada compatível com o papel supletivo que até então lhe fora consignado (e reafirmado em 1963). A esta feliz incoerência governamental se devem alguns dos novos hospitais distritais, os dois grandes hospitais escolares de Lisboa e Porto e a multidão de novos hospitais sub-regionais (hoje concelhos) com que

o país foi dotado. Se durante os anos 60 se chegou a considerar desperdício tanta construção novas nas sedes dos pequenos concelhos, sobretudo do interior, e hoje ainda desesperamos de delas extrair o rendimento digno para o volume de investimento, a manã reequilibrarmos quando muitos deles puderem ser transformados em hospitais para crónicos e convalescentes. Nessa altura veremos talvez transformado em obra válida o fruto de um investimento onde a demagogia da política local desempenhou papel importante. É lei justamente para dar execução a algumas disposições dessa lei, no que respeita à organização, administração e funcionamento dos hospitais, preparação técnica, modos de recrutamento, acesso e direitos do pessoal, que surgiu, em 1968 — 22 anos passados — o Estatuto Hospitalar.

•

Deve antes de mais reconhecer-se que a ambição de transformação profunda da vida assistencial do país, que transparece a todo o momento do Estatuto Hospitalar é pouco compatível com o seu carácter de legislação sectorial, dentro do vasto campo das acções de saúde. Dir-se-ia que o legislador, impossibilitado por razões de política geral de rever os conceitos decorrentes da muito conservadora Lei 2120, procurou «ir fazendo coisas» no campo hospitalar. Daí que os resultados tenham ficado muito aquém das intenções. Não só não era possível construir dentro de um edifício em ruínas um corpo isolado e perfeito, como ele próprio haveria de ser segregado e aniquilado por aqueles a quem interessava a manutenção do status quo. Vejamos porquê os princípios fundamentais em que assentava o Estatuto Hospitalar:

a) Procurava-se, antes de mais, fazer sair os hospitais do «ghetto» em que a população os encerrara, merço do prestígio ligado ao seu funcionamento. Considerava-se o hospital aberto a todos os cidadãos, não já o asilo, mas agora o estabelecimento onde acoerem os beneficiários da previdência.

Recheado de considerações personalistas, na moira, embora atenuada, das doutrinas assistencialistas, o estatuto continha disposições de protecção do doente contra os possíveis exageros de um

sistema hospitalar absorvente e aniquilador da sua personalidade; o direito de recusar assistência, a necessidade do consentimento do doente para execução de intervenções cirúrgicas, o problema do conhecimento do diagnóstico e prognóstico quando ele for grave e fatal, etc. Recorreu-se em grande parte ao disposto no Estatuto da Ordem dos Médicos para a clínica privada, o que permitiria uma unidade de sistema.

b) Incapaz de encarar de frente a posição das Misericórdias no panorama sanitário do país, o legislador defendeu a preservação da natureza e fins dessas instituições quando prosseguirem actividades hospitalares, ordenando-lhes apenas que actualizassem os seus estabelecimentos de harmonia com os princípios indicados e as orientações superiormente definidas. Desde então se pretendia manter o princípio da unidade funcional do sistema de saúde já anunciado na Lei 2120. Ao Estado incumbiria conceder auxílios financeiros, estabelecer planos gerais de actividade, orientar, coordenar e fiscalizar as actividades das Santas Casas em ordem a uma boa utilização das respectivas dependências e à correcta assistência às populações. Conვენhamos porém que esta coacção não evitaria as forças centrifugas sempre que elas dispusessem de meios, sobretudo financeiros, para quererem actuar sem as peias da tutela oficial.

Sistema de modernização de conceitos é a adopção da definição de Hospital da O. M. S., abrangendo a cura, a reabilitação e ainda a prevenção, ao lado, naturalmente das funções de ensino

e investigação. Esclarece-se porém que só a cura e reabilitação serão acções prioritárias.

c) No que respeita à orgânica dos serviços nota-se também um esforço de modernização de conceitos:

— considera-se a necessidade de um trabalho permanente de planeamento do sistema hospitalar;

— a implantação de novas unidades tem de obedecer a uma programação correcta, com vista a uma integral cobertura do país e a concentração de meios materiais e humanos, que as unidades evoluídas exigem;

— reafirma-se o princípio de regionalização hospitalar já decorrente da Lei n.º 2011, definindo-se agora os conceitos de zona, região e sub-região hospitalar;

— introduz-se a noção de gestão de serviços (médicos e administrativos) com base no princípio da responsabilidade do gestor pela realização dos objectivos e pelos resultados finais do trabalho comum.

d) Mas é sobretudo no campo de gestão do pessoal que o Estatuto Hospitalar vem trazer inovações:

Atento à inevitável substituição da medicina individual pela medicina praticada em equipe, e à necessidade de concentração de meios nos hospitais transformados em núcleos de acção tecnologicamente evoluídos, impunha-se a criação das carreiras médias hospitalares. Resolvido o problema da dualidade de estatuto dos servidores do Estado (hospitais oficiais) e dos trabalhadores das instituições particulares de assistência,

tornava-se necessário, ao lançar as carreiras, impor exigências de garantias de idoneidade moral e profissional, obrigatoriedade de tempo completo para pessoal médico, definição de incompatibilidades, intercomunicação de quadros, fixação de condições de ingresso e promoção.

A par da regulamentação das carreiras criaram-se mecanismos de controlo do exercício das profissões hospitalares, como o Conselho de Disciplina Hospitalar. E como o hospital não podia deter em regime de exclusivo todo o pessoal médico, estabelecia-se a sua ligação com a medicina privada quer permitindo o seu exercício no próprio hospital aos seus agentes, quer permitindo aos médicos do exterior o acesso ao estabelecimento e o uso das suas instalações e equipamentos.

Assinalável ainda, neste decreto-lei, é a preocupação do legislador quanto à consagração das funções de administração hospitalar, determinada pela necessidade de gerir esclarecidamente os importantes meios financeiros e

humanos mobilizados num hospital.

Foi sintomaticamente precoce a vida deste Estatuto Hospitalar. Vigorou em pleno um escasso cinco meses, embora nunca tivesse sido oficialmente revogado. Mas logo nos primeiros tempos do consulado de Marcello Caetano a orientação oficial ordenava o afrouxamento da disciplina indispensável às carreiras, impedindo acto continuo todo o esforço de aumento de produtividade hospitalar que se procurava conseguir.

Podemos considerar que o decreto-lei 48 357 surgiu ingenuamente desfasado no tempo e como corpo estranho num sistema de saúde caracterizado pela sua anquilose. Por isso foi rapidamente absorvido e anulado pelas forças dominantes. A sua efêmera vivência veio provar uma vez mais que não é possível fazer reformas parcelares num sistema retrógrado e inoperante.



3.^a fase: Fase Sanitária

A tentativa de dinamização da máquina administrativa do país nos primeiros anos do regime caetanista teve os seus naturais reflexos na saúde. A ascensão de uma equipe dirigente constituída por homens com mentalidade não-conservadora e até anti-fiscal obedeceu, ao objectivo de evitar o afundamento do sistema através da inculcação de anti-corpos que avivavam as defesas naturais do organismo. Muito boa gente acreditou, no início de 70, que era possível no campo de Saúde (a par da Educação) realizar obra válida num estado cujo controlo continuava nas mesmas mãos do salazarismo. O resultado dessas ilusões encontra-se plasmado no processo que levou ao aporeamento da célebre reforma de 1971, que estabeleceu a Lei Orgânica do Ministério da Saúde e Assistência (Dec.-Lei 413/71 de 27 de Setembro).

a) Não querendo ou não podendo o legislador refazer toda a estrutura jurídica fundamental do estatuto de 1963, considerou que esse novo diploma, reorganizando os serviços do Ministério da Saúde e Assistência outra coisa não visava senão o ajustamento dos serviços aos princípios definidos pela Lei 2120 de 19 de Julho de 1963.

De uma forma que podemos julgar de mais ou menos um pouco forçada, entendeu-se em 1971 que a Lei 2120 de 1963 consignava o direito à saúde, implícito na Constituição, tendo como únicos limites os que, em cada instante, lhe são impostos pelos recursos financeiros, humanos e técnicos das comunidades beneficiárias.

Pouco nos importa agora a solução de compromisso encontrada pelo legislador para implantar a sua doutrina para que ela não representasse uma heresia face à doutrina oficial vigente. O que é importante é ter-se reconhecido pela primeira vez em letra de lei que o direito à saúde compreende o de acesso aos serviços nos termos estabelecidos pela sua génese e não sobre restrições, salvo as impostas pelo limite dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis. Abandona-se assim toda e qualquer referência à cidade e ao primado das instituições particulares para resolverem os problemas de saúde dos portugueses. E naturalmente que o sujeito passivo do direito à saúde não poderá ser outro senão o Estado, através dos seus serviços que agora se reorganizavam em ordem a alcançar mais eficácia e rapidamente esse fim.

O objectivo último da nova lei orgânica seria assegurar a toda a população um nível aceitável de cuidados médicos e de apoio social. Para tal seria necessário construir um «sistema nacional de saúde» e integrar a assistência, no contexto mais vasto da política social globalmente considerada.

Não se pode deixar de reconhecer também e até audácia ao legislador. Cauteloso talavia, evitando dar passos em falso, optava pela designação técnica de «sistema nacional de saúde» fugindo deliberadamente ao «serviço nacional de saúde» que se reputava de inspiração socializante. Com este conceito se pretendia fazer obedecer a efectivação da política de saúde e assistência social ao princípio técnico da unidade de planeamento e execução.

b) O investimento prioritário nos serviços de prevenção da doença é uma das características-base do sistema de saúde que se pretende criar. Justificava-se essa prioridade por razões de ordem económico-social, considerando ser aí mais elevado o índice de rendimento do capital investido.

A planificação e execução da acção médico-social sanitária e assistencial deveria ser orientada em ordem a evitar gastos desnecessários e duplicação de esforços, de modo a conseguir o rendimento máximo dos meios disponíveis.

Entende-se que a prossecução da política de saúde e assistência social se realiza por actividades de:

— promoção da saúde e prevenção da doença;

— tratamento dos doentes e reabilitação;

— protecção e defesa da família;

— protecção ao indivíduo socialmente diminuído, da infância à terceira idade, devendo as actividades de assistência social ser exercidas coordenadamente com as da saúde, e subordinadas também aos princípios da prevenção e do estabelecimento de prioridades.

c) Tratando-se de uma lei orgânica é efectivamente na orgânica dos serviços que o diploma provoca profundas alterações. Entende-se, desde logo, que o funcionamento de todos os órgãos tem de estar sujeito à disciplina do planeamento e à verificação regular da eficiência do trabalho realizado.

A orgânica existente, considerada de acentuadas características individualistas, sobreponha-se agora uma estrutura de serviços subordinados a uma política unitária.

O Ministro seria o principal agente responsável pela política do sector, coadjuvado por um Conselho Superior de Acção Social em ordem a estabelecer a coordenação com as actividades afins pertencentes ao Ministério das Corporações e Previdência Social.

A nível central são criadas três órgãos de grande importância:

o Instituto Nacional de Saúde, sucessor do Instituto Superior de Higiene Ricardo Jorge, destinado ao desempenho de funções científicas e técnicas no campo da Saúde. Com importantes responsabilidades no campo da investigação nas ciências da saúde, foi-lhe mais tarde

acoplada a Escola Nacional de Saúde Pública, resultante da desagregação da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical.

— o Gabinete de Estudos e Planeamento responsável pelas acções de planeamento e permanente actualização dos programas e estruturas de saúde pública e assistenciais.

— a Secretaria-Geral, dotada de funções de orientação, coordenação, apoio técnico-administrativo, com vista a tornar-se o instrumento propulsor da reforma administrativa no Ministério e o principal ponto de apoio da acção ministerial.

Mantém-se as três Direcções Gerais existentes — Saúde, Assistência Social e Hospitalar —, assumindo a primeira posição de grande relevo as acções periferias. Passaria a agir-se neste nível, pela primeira vez de forma inteiramente unificada, graças à existência de Inspeções Coordenadoras de Região, Conselhos Distritais de Coordenação e Centros de Saúde Colectivos. Em cada um destes órgãos a posição da autoridade sanitária, médico de saúde pública, passaria a ser dominante.

A base das acções de saúde seria reconhecido o Centro de Saúde, organismo polyvalente com vista a coordenar as acções de vários centros de saúde dispersos. Chegou mesmo a pensar-se na extinção da Direcção-Geral de Saúde, não se tendo avançado em tal passo devido ao estado da organização e administração das estruturas hospitalares, carecer ainda de um órgão central votado especificamente ao seu apoio. Apesar disso os hospitais concelhios passavam para a tutela da Direcção-Geral de Saúde a fim de mais facilmente se criarem as unidades de saúde concelhias onde seria reunida e disciplinada a acção dos meios dispersos existentes nessa área geográfica.

A Direcção-Geral de Assistência ganhou o qualificativo de social e viu reunidos num só Instituto da Família e Acção Social, todo o conjunto de institutos criados isoladamente para os inválidos, os menores e a assistência à família. Previa-se também que o seu núcleo de acções viesse a constituir com a previdência social um conjunto de serviços definido e diferenciado.

d) O tratamento dos problemas de pessoal foi objecto de um importante diploma autónomo — o Decreto-Lei 414/71 também de 27 de Setembro.

Considera-se acção fulcral o aperfeiçoamento e intensificação da preparação de pessoal técnico, a incluir em quadros hierarquizados, sob a forma de carreiras como meio indispensável para a eficiência dos serviços. As carreiras, estruturadas e hierarquizadas e inscritas nos quadros orgânicos seriam em factor

de segurança para os trabalhadores, e de justiça e de correcção dos vícios existentes.

Naturalmente que a carreira médica assume especial relevo e dentro dela as divisões entre carreira médica de saúde pública e carreira médico hospitalar. Em princípio, os lugares de carreira seriam exercidos em regime de tempo integral (8 horas por dia) e aos médicos da carreira de saúde pública bem como aos internos de policlínica seria vedado o exercício da clínica livre.

A par da carreira médica eram revistas ou criadas carreiras de pessoal de enfermagem, carreira de pessoal farmacêutico, de administração hospitalar, de técnicos terapêuticos de serviço social, de auxiliares de laboratório e de auxiliares sanitários.

A criação das carreiras era ainda acompanhada da melhoria da remuneração do pessoal que não viria a inserir.

e) Na economia legislativa a reforma de 1971 não havia lugar para os problemas do financiamento das instituições e serviços de saúde. Entendia-se que os esquemas em vigor para os hospitais (Acordos com a Previdência) periodicamente actualizados poderiam bastar desde que se mantivesse o tradicional regime de subvenção pelo Tesouro das estabelecimentos oficiais e particulares. Na realidade, se o crescimento exponencial dos encargos, correspondia uma cobertura cada ano mais deficiente o que levou a um notório agravamento das situações económicas e financeiras dos hospitais, impossibilitando um gestão verdadeiramente autónoma.

Reforma de 1971

Decorridos quase três anos sobre o aparecimento da reforma, em que já se encontra a sua execução? Ter-se-á conseguido criar um sistema nacional de saúde onde fossem lei inderrigáveis os princípios da unidade de planeamento e de execução, do funcionamento normal e frutífero das carreiras de pessoal, e da prioridade às acções de promoção de saúde e prevenção da doença? Ter-se-á obtido o aproveitamento mais racional dos meios existentes, dispersos por várias instituições e até aqui desconectadas?

Com toda a honestidade devemos reconhecer que não. E até se poderá assinalar uma deterioração da qualidade dos serviços de saúde, fruto, por um lado da incapacidade de suportar os acréscimos de ganhos com os cuidados médicos, fenómeno de verificação universal, e por outro lado pela crescente ocorrência das populações beneficiárias de esquemas de previdência aos meios, sobretudo curativos.

O esforço desenvolvido no campo da prevenção concretizado sobretudo pela criação de centros de saúde, foi ficando sempre aquém das metas programadas. No campo hospitalar a situação piorou assinalavelmente com excepção de algumas unidades de nível distrital. As carreiras profissionais não tiveram ainda o desenvolvimento esperado e na mais decisiva, a carreira médica, incidências de ordem vária provocaram praticamente o seu bloqueio com a agravante do congestionamento de pessoal médico nos hospitais centrais a par de carência quase dramática na periferia. No campo social a esperada unidade de acção ainda não produziu resultados de real interesse, executada como foi com medidas de tom marcadamente demagógico e caritativo. A sensação geral que o país tem neste momento acerca dos problemas da saúde é a de uma crise extrema, resultado de crises acumuladas, entremeadas de problemas resolvidos casualisticamente. Tal sensação transparece de declarações públicas dos responsáveis do sector, de artigos e comentários na imprensa e até marcar profundamente a própria vida sindical dos profissionais da saúde. São exemplos concludentes a recente luta eleitoral no sindicato dos médicos e as movimentações dos profissionais de enfermagem assinaladas já por graves contradições internas.

Tentaremos alinhar algumas das razões mais identificáveis explicativas da pouca operância das medidas legislativas de 1971:

a) A reforma legislativa foi conquistada num ordenamento juridico-institucional profundamente reaccionário. Basta recordar-se que se pretendia executar princípios enunciados na ultra-conservadora lei n.º 2120. Ao contrário do que se fez com a reforma da educação, houve manifesto recuo de chocar o país de então com uma reforma da saúde que pudesse evocar medidas socializantes. Em vez de se apresentar uma proposta de lei à Assembleia Nacional, preferiu-se a via rápida e confortável do decreto-lei. Por esse facto a reforma quase não se fez sentir, não teve impacto no País.

b) A eficácia da coordenação de meios dependia fundamentalmente da integração de dois poderosos sectores — Previdência e Misericórdias — no sistema nacional de saúde. Nada disso se conseguiu. Uma e outras escaparam pelas malhas pouco apertadas da nova lei, e passada que foi a primeira surpresa, organizaram-se em grupos de pressão para lutarem aberta ou subreptamente contra a reforma; estranho paradoxo este de um regime de força, não ter força para disciplinar as instituições que dele se servem! As reacções, ao nível da previdência processaram-se através do estrangulamento económico do sector hospitalar, e de deliberada implantação de unidades médico-sociais ao sabor da consentência da instituição, por vezes quase no lado de centros de saúde de recente criação. Ao nível das misericórdias a reacção movimentou a Corporação da Assistência numa campanha de tom alarmista em defesa de falsas prerrogativas que se consideravam cercadas.

c) Não se tentou modificar o regime de financiamento dos serviços de saúde. As acções preventivas ficaram exclusivamente a cargo do tesouro, sobretudo através de verbas do Plano de Fomento, mas as curativas, sem dívida as mais dispendiosas, mantinham o regime de financiamento por acordos de tarifas políticas celebrados entre hospitais e previdência. A partir desta estrutura os serviços médico-sociais das casas viviam num outro desalogo financeiro, per-

mitindo remunerações ao pessoal francamente competitivas com as da saúde. O celebre despacho ministerial de Novembro de 1970 criando grupos de trabalho para a integração dos serviços, sugeria afinal passado mais de um ano, quando em boa técnica de deitar precedido de largos tempos a legislação principal.

d) A reforma de 1971 foi precedida com o total desconhecimento dos serviços. Certamente com uma de acções sabotadoras dos intentos do legislador, preferiu-se um trabalho em círculo ultra-fechado. Daí uma natural resistência assim a nova lei cujo objectivo não era suficientemente conhecido.

e) No que respecta à opção pública, as acções de promoção à reforma foram quase nulas. Na última vez se contava na sua forma do Diário do Governo, Os diplomas 413/71 e 414/71, apenas terminados para serem publicados em data que assinalasse efeméride catástrofe, estresse, imediatamente em vigor, sem qualquer período de adaptação por informação ao público e preparação dos serviços.

f) A metodologia de concepção e implantação da reforma é toda si altamente crítica. Refleto a tamanha envogadora carência de uma programação adequada das suas etapas de execução e controlo. Não tendo ela existido, tudo se improvisou e em especial no sector da prevenção houve que reinar pessoal médico já existente, em regime de prestação de serviços, promovendo desbragadamente e pluri-emprego, cuja limitação se postulada pela implantação de carreiras e de regimes de tempo integral.

g) As razões principais do êxito da reforma deverão poder encontrar-se no tom geral da política vigente. A esultia pretensão de construir uma doutrina social nova do «Estado Social» assumiu aspectos de um ridículo tragico, por quase sempre a forma se sobrepôs ao conteúdo, os aparências à realidade, o que «parcia» ao que «era».

Em todo o sector da saúde foi patente a motivação política de constituir a classe médica que o Governo reputava diminuída pelos distúrbios do salazarismo. Tinha-se que ser médicos os membros do

Governo no sector e até os directores-gerais. Tinha-se que ser os médicos a dirigir toda a acção desenvolvida na periferia, não apenas no conselho e distrito, mas também na sede de região. Tinha-se que ser médicos a dirigir os hospitais centrais e nos universitários fossem os professores da faculdade nomeados pelo conselho medul, acumulando essa direcção com a ensino, a investigação, a direcção do serviço de que eram titulares e ainda a clínica privada.

Em altura de grande efervescência dos jovens médicos internos haveria que usar nos hospitais distritais de magnanimidade (diridir para reinar). Por isso se concederam categorias de direcção de serviço a médicos não especialistas, bloqueando a vinda para os hospitais dos especialistas com os internatos hospitalares completos.

As diferentes crises dos hospitais centrais foram sempre solucionadas com a criação de tantas vagas quantas as reclamadas nesse sentido. Assim se criava um precedente impossível de manter, face à evolução da demografia médica, agravando o congestionamento pessoal nos grandes centros. Cedendo em toda a linha durante estas crises, o Governo não podia, porém, aceitar que o grande público reconhecesse: por isso previu, em fase já de acalmia, a espectacular mobilização civil dos hospitais de Lisboa, e um esforço de campanha de opinião pública contra a classe médica.

No campo da assistência social a demagogia era ainda maior e mais incontrollada. Esqueceram-se as anteriores tentativas de tecnocrática da acção social para se regressar à mendicidade do subsídio, genericamente concedido por óptica governativa em visitas de fim-de-semana com muitas crianças e ramos de flores.

Essa o tom político geral em que se pretendeu inserir toda a reforma de saúde com inevitável grandeza de concepção e coerência de execução. A lição a tirar será mais uma vez a de que não é possível edificar uma bela casa num edifício que se vão variando em ruínas. Estaríamos que ser primeiro alocadas, para que a construção tenha bases. Será um esforço lento e penoso, mas as populações não podem esperar mais tempo, nem ser ludadas com falsos processos.

Fragmentos do Manual Político do P. A. I. G. C.

ALGUMAS dúvidas se têm posto sobre as relações entre Portugal e a Guiné-Bissau. Contudo essas dúvidas não teriam qualquer razão de existir, se durante anos o Manual Político do P. A. I. G. C., e diversas alocações dos seus chefes tivessem podido esclarecer, livremente em Portugal, o pensamento dos chefes dos diferentes movimentos de Libertação das Guiné e Cabo Verde portuguesas foi sempre assegurado ao povo português.

Apesar, depois do golpe de 25 de Abril houve livre acesso a todos esses documentos.

Na que concerne às relações entre os dois povos escrevia já Amílcar Cabral no Manual Político do PAIGC:

As relações Portugal — Guiné-Bissau

"Nós não lutamos contra Portugal, nós não o confundimos com o colonialismo português (...)

O que queremos é conquistar a nossa independência nacional e melhorar relações com todo o mundo, mas estamos dispostos a conceder prioridades ao povo português, porque falamos a língua portuguesa, porque há entre nós laços históricos. Não é necessário negar a realidade e estabelecer as nossas relações de amizade com as nossas próprias comunidades e as do povo português".

Se acreditamos com a linha de orientação definida pela Direcção do nosso Partido, devemos acolher sempre bem, de braços abertos, qualquer soldado português que se tenha desligado da guerra colonial e abandonado a guerra colonial dos colonialistas portugueses, tratá-lo com simpatia e amizade, facilitar-lhe os meios para chegar com segurança a qualquer destino onde deseje estar e dar abrigo da perseguição dos colonialistas. Devemos explicar ao povo que deve proceder igualmente se que esta orientação é há só uma maneira de proteger e de salvar a população que na tropa colonialista não deixam a guerra, que estão contra ela, que compreendem que ela é injusta, mas também é uma maneira, para demoralizar as forças do inimigo, para enlaxá-las, para abrir brechas no seu sítio e para aumentar a nossa força.

Quanto aos prisioneiros de guerra, trata-se de gente que não temo de pertencer ao exército inimigo, que não deixou de estar

do lado do nosso inimigo. Mas o nosso Partido respeita as leis internacionais sobre a guerra e sobre o tratamento a conceder aos prisioneiros de guerra. Por isso todo aquele que cai como prisioneiro das nossas forças deve ser desarmado, interrogado e internado. Mas o nosso Partido não utiliza nem a tortura nem outras brutalidades de qualquer género contra os prisioneiros de guerra. Pouparamos a vida de todo aquele que se rende. Os prisioneiros de guerra que temos são a prova de que o nosso Partido respeita os princípios internacionais que foram estabelecidos a tal respeito e a legalidade internacional, contrariamente ao procedimento seguido pelos colonialistas portugueses que matam, torturam e maltrataram a maior parte dos seus prisioneiros. Por outro lado, a libertação de alguns prisioneiros de guerra pelo nosso Partido é um gesto humanitário de alto significado político. Esse gesto corresponde à orientação do nosso Partido de que "nós não lutamos contra o povo português, contra indivíduos portugueses ou famílias portuguesas" (...)

"A libertação de prisioneiros de guerra, — como disse de resto o nosso próprio Secretário-Geral, — é um encorajamento ao povo português na sua luta contra a guerra colonial, à tendência realista no seio do governo português e aos elementos das tropas coloniais que se querem libertar do peso de uma guerra que é contrária aos próprios interesses do seu povo".



Possibilidades de desenvolvimento económico

Reportamo-nos mais uma vez ao Sr. Amílcar Cabral escreveu no Manual Político do PAIGC:

"Enquanto destruimos o inimigo, os seus agentes e as coisas que servem os seus interesses, temos de nos construir a nós mesmos, garantir a satisfação das necessidades do nosso povo, fazer homens e mulheres capazes, melhorar cada dia as condições de vida na nossa terra. Juntamente com a resistência política e a resistência armada, devemos realizar cada dia a resistência económica, a resistência cultural e a resistência física. Destruir a economia do inimigo e construir a nossa própria economia..."

Com o desenvolvimento da nossa agricultura, a criação e o desenvolvimento da nossa agricultura, a criação e o desenvolvimento dum sector industrial, com a exploração das nossas riquezas do subsolo, com o aproveitamento da energia dos nossos rios, racionalizando ao mesmo tempo o modo de utilização dos nossos recursos e aprendendo a dar o máximo proveito, as possibilidades económicas da Guiné são quase infinitas.

Vamos dar um pequeno balanço de algumas perspectivas desse desenvolvimento:

A partir da mancarra pode fa-

bricar-se manteiga de amendoim, óleo e farinha; podem produzir-se bagaços que se utilizam na alimentação do gado; podem obter-se adubos e certos produtos utilizáveis na indústria de vernizes. A mancarra pode ser utilizada na preparação de farinhas alimentares, na preparação de conservas de pasta de carne, na salsorria, no tratamento das lãs, na iluminação, no fabrico de queijos e margarinas, na forragem e como combustível, etc.

O óleo de palma, além de ser um rico alimento, para os homens e os animais, pode ser utilizado no fabrico de margarinas, de vernizes, no tratamento das chapas de folha de Flandres, antes de serem estanhadas, no enriquecimento de certos minérios, no fabrico de gorduras alimentares, de sabão e de velas e pode ser empregado como carburante.

Se tivermos em conta que o mercado mundial tem falta de óleos e que, em especial, o cocoente se coloca nos mercados internacionais a preços verdadeiramente compensadores, compreendemos melhor o valor económico deste produto e as suas possibilidades futuras, em consequência do desenvolvimento da nossa economia.

É possível vir a desenvolver na

Quisá uma indústria de curtumes (peles). Poderão assim criar-se possibilidades maiores de emprego de mão-de-obra e de melhoria quantitativa e qualitativa da nossa classe operária.

Esta indústria poderá servir de base a um artesanato de exportações de produtos acabados. Poderá criar-se uma boa indústria de vestuário e calçado, de carteiras e de malas. Especialmente as peles de animais bravos, e sobretudo as peles de crocodilo, poderão vir a representar uma importante fonte de divisas, devido às altas cotações que atingem nos mercados internacionais. Mas para isso haverá que proceder à criação racional de crocodilos para a obtenção das suas peles, como já hoje se pratica, por exemplo, no Japão, em Cuba e em Madagascar com o auxílio dos especialistas japoneses na matéria.

As madeiras: o nosso país é rico em espécies vegetais que fornecem óptimas madeiras. Madeiras de alta qualidade, como é, por exemplo, o bisalão, pode atingir no mercado internacional cotações de grande valor. No que respeita ao aproveitamento da madeira, a Guiné tem excelentes condições para uma exploração eficiente.

É o caso de várias terras no Norte, com belas condições florestais e com a vantagem de serem atravessadas por rios navegáveis. É esse também o caso das terras banhadas pelo rio Cacheu. Além disso, há também terras enzutas, onde o bisalão, por exemplo, encontra condições excelentes de desenvolvimento. Para as bandas do Ofo há terrenos onde crescem árvores capazes de fornecer boa madeira, com a vantagem de serem terrenos atravessados por uma via navegável, mesmo para navios de longo curso.

A madeira é um produto de larga aplicação industrial e química. A partir da madeira podem obter-se resinas e substâncias diversas. As resinas utilizam-se, por exemplo, na confecção de vernizes. A partir da madeira obtêm-se o carvão de madeira, alcatrões que se empregam nos canteiros e na calefagem de navios, açúcares e álcool de madeira, matérias plásticas, lixões e madeiras aglomeradas, pastas de papel e celuloses que permitem a produção de seda artificial, explosivos e películas, diversos produtos químicos e farmacêuticos, etc. Além disso, a madeira pode servir de base a toda uma indústria de fabricação de mobiliário.

Por outro lado a borracha, é uma das matérias-primas susceptíveis de inúmeras aplicações.

Há possibilidades futuras de desenvolvimento da nossa criação de gado. A partir dela, poderemos obter carne, essencial para a alimentação humana, leite (vacas, cabras), criando mesmo centrais leiteiras, manteiga, queijo e iogurte.

Além do arroz, a que está reservado um papel de grande progresso na nossa terra, no quadro das plantas alimentares, o país tem grandes possibilidades no que respeita à horticultura (plantas de hortas) e à fruticultura (frutas). Certas culturas, tais como a mandioca, os feijões, o inhame, a maíafa, a batata doce, o baguiche, a caça (quiabo), tomates, alface, agrião, etc., na medida em que se desenvolve a horticultura, permitirão elevar bastante, e rapidamente, o nível alimentar da população e suprir certas carências em vitaminas e sais. O desenvolvimento da horticultura tem sido, aliás, um dos aspectos a que alguns países asiáticos subdesenvolvidos deram importância para melhorar as suas condições alimentares, como aconteceu com a China e o Vietnam que souberam valorizá-la através de engenhosos trabalhos de micro-hidráulica.

Referindo-se ao futuro de algumas destas culturas, dizia Amílcar Cabral no Relatório Anual da Guiné "Portuguesa", em 1953: "poderão vir a ter um lugar de relevo na agricultura guineense desde que técnica, económica e socialmente bem orientadas, a mandioca, a batata-doce, o algodão, a cana sacarina, o milho "baço", o feijão e outras culturas alimentares. A maioria destas culturas, além do seu valor nutritivo, oferece largas possibilidades de industrialização".

A maior parte das nossas frutas oferece boas condições de desenvolvimento económico, é susceptível de um grande número de aplicações. E assim que, em relação às bananas:

— A polpa fresca pode entrar directamente na fabricação de cremes gelados.

— Pode utilizar no sumo combinado de diversas frutas.

— Fabricação de bananas secas.

— Obtenção, por fermentação, de bebidas alcoólicas, cerveja e vinagre.

— Obtenção de líqüor ou farinhas, aproveitando sobretudo os produtos não exportáveis.

— Fabricação de álcool e álcool industrial.

— Utilização na alimentação de animais (sobretudo porco).

— Fabricação de fibras: cordame para navios (com a vantagem

de flutuarem), sacaria e para tecelagem de tecidos grosseiros.

— Fabricação de pasta de papel (as fibras curtas).

A partir do cajá pode-se:

— Obter óleo-de cajá

— Fabricar vernizes e tintas para o zinco e para o ferro.

— Obter tintas resistentes à água, ao ácido, ao álcool e à terbitina.

— Obter resinas diversas, directamente.

— Obter resinas do Equiló do coque da castanha de cajá.

— Obter sumo de cajá, rico em vitaminas C e que se pode comercializar, etc.

Além disso, a castanha do cajá representa uma riqueza importante e pode vir a pesar bastante na nossa futura balança comercial. O coco é também susceptível de um bom aproveitamento. Por exemplo, pode-se aproveitar a sua fibra, o que hoje acontece largamente em alguns países. Podem manter-se uma ou mais indústrias de transformação locais para a produção de óleo. A noz do coco pode ser empregada no domínio da pastelaria e na fabricação de pão. A partir do coco pode obter-se a copra que pode vir a pesar bastante, se devidamente aproveitada e em quantidades avultadas, na economia nacional.

A coia tem larga e útil aplicação na farmacopeia. Os citrinos (limões, tangerinas, laranjas), as goiabas, as papaias são susceptíveis de um grande número de utilizações. Dos citrinos podem obter-se diversas substâncias usadas em perfumaria, por exemplo. Em particular, a essência de laranja é de um grande valor terapêutico. A goiaba permite a produção de sumos, de pós e de néctares. A papaia fornece várias substâncias químicas. Algumas destas frutas podem servir de base a indústrias de transformação para a produção de sumos de frutas, de conservas de fruta, de frutos secos e cristalizados.

Potencialidades hidro-eléctricas

O nosso país oferece boas condições para o desenvolvimento da pesca, da caça e do turismo, podendo organizar-se a pesca e o turismo numa base industrial.

Possibilidades hidroelétricas: Possuímos uma grande quantidade de rios. É por isso possível utilizá-los em obras de hidráulica agrícola (para irrigação dos campos). Mas o mais importante reside na possibilidade do seu aproveitamento hidroelétrico. Há dois rios na Guiné que são susceptíveis de aproveitamento hidroelétrico. Trata-se dos rios Geba e Corubal. Segundo estudos a que já se procedeu, só o rio Corubal pode fornecer electricidade para toda a Guiné. Isso criará condições futuras de desenvolvimento de várias indústrias de transformação e possibilitará a criação duma indústria pesada (produção de grandes máquinas, manutenção de grandes fabricas), com a consequente formação de grandes centros industriais e mesmo de cidades industriais.

Se, como se supõe, existirem outras riquezas minerais em quantidades exploráveis, tais como a lignite, os calcários, o zircão, e sobretudo a bauxite e o petróleo, tal facto poderá servir de ponto de partida para um grande progresso económico futuro do país.